



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**325ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
Assistência Social – CNAS**

Ata da ordem dos dias 07 e 08 de março de 2024

Brasília/DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 325ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 1º Andar. Brasília/DF

Local Virtual: Plataforma Zoom

Data: 07 e 08/03/2024

1 Aos sete e oito dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro realizou-se a 325ª Reunião Ordinária
2 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Coordenação da Conselheira Titular
3 Margareth Alves Dallaruvera, Presidente do CNAS e representante da Confederação Nacional dos
4 Trabalhadores em Seguridade Social da CUT – CNTSS/CUT. Estiveram presentes os(as) seguintes
5 Conselheiros(as) Titulares e Suplentes: Conselheiro Titular Agostinho Soares Belo, representante da
6 Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB; Conselheiro Titular Carlos Nambu,
7 representante da Inspeção São João Bosco; Conselheira Titular Catarina de Santana Silva,
8 representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil; Conselheira Titular Célia Maria de Souza Melo
9 Lima, representante do Fórum Nacional dos Secretários(as) de Estado da Assistência Social –
10 FONSEAS; Conselheiro Titular Edilson Tavares de Araújo, representante da Secretaria Nacional de
11 Assistência Social – SNAS/MDS; Conselheira Titular Eutália Barbosa Rodrigues Naves,
12 representante da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC/MDS; Conselheira Titular
13 Ivone Maggioni Fiore, representante da Federação Nacional das APAES – FENAPAES; Conselheira
14 Titular Judite da Rocha, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB;
15 Conselheira Titular Magali Pereira Gonçalves Costato Basile, representante do Colegiado Nacional
16 de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Conselheira Titular Margareth Alves
17 Dallaruvera, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da
18 CUT – CNTSS/CUT; Conselheiro Titular Regis Aparecido Andrade Spindola, representante da
19 Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS/MDS; Conselheiro Titular Raimundo Nonato
20 Lopes de Sousa, representante da DBA/SNAS; Conselheira Titular Sandra Regina Ferreira Barbosa,
21 representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e
22 Filantrópicas - FENATIBREF; Conselheira Titular Shirley de Lima Samico, representante do
23 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS; Conselheira
24 Titular Solange Bueno, representante do Fórum Nacional dos Usuários do Sistema Único de
25 Assistência Social – FNUSUAS; Conselheira Suplente Amanda Simone Silva, representante da

26 Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS/MDS; Conselheira Suplente Ana Lúcia Soares,
27 representante da Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais - ABRATO; Conselheira
28 Suplente Edna Aparecida Alegro, representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi –
29 FENAPESTALOZZI; Conselheira Suplente Elizângela Cardoso de Araújo, representante do
30 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS; Conselheira
31 Suplente Emilene Oliveira Araújo, representante da Sociedade Bíblica do Brasil; Conselheira
32 Suplente Geovana Pádua Gobbo Marinot, representante do Fórum Nacional de Secretários (as) de
33 Estado da Assistência Social – FONSEAS; Conselheiro Suplente Ismael Ultino Tavalone,
34 representante do Movimento Nacional Pestalozziano de Autodefensores – MONPAD; Conselheira
35 Suplente Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, representante da Central Única dos
36 Trabalhadores - CUT; Conselheira Suplente Norma Suely de Souza Carvalho, representante do Lar
37 Fabiano de Cristo; Conselheiro Suplente Rafael Machado da Silva, representante do Movimento
38 Nacional População de Rua; Conselheira Suplente Simone Cristina Gomes, representante do
39 Conselho Federal de Psicologia – CFP. Estiveram presentes: Prof.^a Aldaíza Sposati, PUC/SP; Prof.
40 Edval Bernardino Campos, UFPA; Prof.^a Eleonora Schettini Cunha, UFMG; Sra. Gissele Carraro,
41 CGGTEP/DG-SUAS/SNAS; Sr. Ismael José César, CUT; Sra. Jucileide de Ferreira do Nascimento,
42 CFESS; Sr. Marcílio M. Ferrari, CGGTEP/DG-SUAS/SNAS; Sra. Maria Cecília A. Godtsfriedt; Sra.
43 Randriene Maia, Coordenadora de Financiamento/Secretaria-Executiva do CNAS; Sra. Roseneia
44 Cardoso dos Santos, SBB-Brasília/DF; Sra. Sara Pereira da Silva, FST/MG; Sra. Silvia de Souza
45 Campos; Sr. Willian Olivindo, representante da CONJUR. Estiveram presentes dia 07/03/2024 –
46 Tarde: Sr. Agnaldo Engel Knevitz, CFESS; Sra. Aida Carvalho, FETSUAS/SP; Sra. Alessandra
47 Celita Couto, CEAS/RJ; Sra. Alessandra Maria da Silva Dias, CMAS-Macapá; Sr. Alexandre Soares
48 Moreno Filho; Sr. Allan Carvalho, FNTSUAS-FETSUAS/SP; Sr. Almir Ferreira Damasceno Júnior,
49 CMAS/Campo Grande; Sra. Ana Paula Portela, CEAS-AL; Sra. Andréia Fernandes Teixeira,
50 FENAPSI; Sr. André Luiz Martins, CEAS/MT; Sra. Ângela Maria de Aguiar da Silva, CMAS-Porto
51 Alegre; Sr. Antônio Raimundo Lopes Lea, CEAS/RR; Sra. Aurora Fernandez Rodrigues,
52 CONSEAS/SP; Sra. Bárbara de Souza Malvestio, CFP; Sr. Benedito Pimentel, CEAS/PA; Sra.
53 Benigna Regina Almeida, CMAS/São Luís; Sr. Carlos Rogério de Carvalho Nunes, CTB; Sr. César
54 R. Fernandes, CFP; Sra. Cristina Pereira da Silva, CEAS/PI; Sra. Daniela Melo Modesto, CEAS/PA;
55 Sra. Daniele de March, CEAS/PR; Sr. Danilo Moreira dos Santos, ANASOBR; Sr. Danilo Silva,
56 CEAS-MA; Sra. Eliana Peres, FETSUAS; Sra. Ellen Ramalho da Cunha, CMAS/Kennedy-ES; Sra.

57 Érica Cordeiro dos Santos Tassara, Comasv/ES; Sra. Flávia Maria de Moura Reis, COMAS/SP; Sra.
58 Grazielle Vieira Cachapuz Machado, CEAS-MG; Sra. Irene Rodrigues, CONFETAM; Sr. Jaimy
59 Pessoa Silva, CMAS/Boa Vista; Sra. Jennifer Danielle Souza Santos, FETSUAS/MG; Sra. Jennifer
60 de Souza Santos, FETSUAS/MG; Sra. Jéssica Maria de Souza Melo, CEAS/PB; Sr. Josenildo Luiz
61 Gonzaga; Sra. Juliana de Oliveira Marcolino, CMAS/Campina Grande-PB; Sra. Kelle Santos Soares
62 da Silva, CMAS/Montanha-ES; Sra. Khristiane Cabral Costa, CMAS/Porto Velho; Sra. Luciana
63 Bolognini, ANASOBR; Sra. Maria do Socorro Araújo de Carvalho, CMAS/Campo Grande; Sra.
64 Maria Margarida Pessoa Batista, CEAS/TO; Sra. Maria Tereza de Araújo Serra, Secretaria
65 Executiva/CE; Sra. Maria Valdevania de Assis, CMAS-Curitiba; Sra. Marlene Santos, CEAS/BA;
66 Sra. Marleide Castro dos Santos, CEAS-BA; Sr. Marlone Paixão de Miranda Salezze, Secretaria
67 Executiva dos Conselhos Sociais e de Direito; Sr. Moisés Castro, CONSEAS/SP; Sra. Natália de
68 Assis, CFESS; Sra. Patrícia Ferreira da Silva, CONSEAS-SP; Sra. Priscila Viegas Barretos de
69 Oliveira, ABRATO; Sra. Poliana Oliveira Carvalho, CMAS/PI; Sra. Romênia Moura de Sousa,
70 CMAS/Campina Grande-PB; Sr. Ronald Ferreira de Oliveira, CMAS/Campo Grande; Sr. Sandro
71 César, CNTSS; Sra. Solange Cristina Castro Sampaio, COMAS/SP; Sra. Tatiana Gemague Rezende,
72 CEAS/AP; Sra. Tatiane Papale de Oliveira da Silva, Poder Público/Guarapari; Sra. Tayná Alencar
73 Berti de Souza, FETSUAS/SP-CRP/SP; Sra. Tereza Serra, CEAS-CE; Sra. Thaiene Larrieu de Souza,
74 CMAS/Montanha-ES; Sra. Vanessa Pita Sousa, CMAS/Salvador; Sra. Ystefhani Cibely Marina de
75 Oliveira Barbalho, CMAS/Recife, Sra. Zenite da Graça Freitas, CFESS; Sr. Zezimo Raimundo de
76 Souza, CEAS/PA. **ABERTURA 07/03/2024:** A Presidente Margareth Alves Dallaruvera iniciou a
77 325ª Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a todos(as) e, em seguida, solicitou à Sra. Thaís
78 Pereira Braga, Secretária-Executiva Substituta do CNAS, que realizasse a verificação do quórum.
79 Verificada a existência de quórum, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera se despediu da
80 Conselheira Judite da Rocha, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, que
81 não poderá participar de futuras reuniões do CNAS pois assumirá um cargo público. A seguir,
82 realizou a leitura da pauta proposta, que estava composta pelos seguintes itens: Dia 04/03/2024 –
83 Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF: 9h às 18h – Reunião Trimestral do CNAS
84 com os CEAS e CAS/DF. Dia 05/03/2024 – Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF:
85 9h às 18h – Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF. Dia 05/03/2024 – Reunião de
86 Comissão e GT: 9h30 às 18h – Reunião da Comissão Eleitoral da Sociedade Civil no CNAS – Gestão
87 2024/2026; 14h às 18h – Reunião do Grupo de Trabalho para realizar estudos, apresentar análises e

88 propostas com relação a parâmetros e critérios para ofertas de Assessoramento, Defesa e Garantia de
89 Direitos pelas entidades privadas/organizações da sociedade civil da Assistência Social -
90 Sistematização do Relatório Final do Grupo de Trabalho. Dia 06/03/2024: 9h às 16h - Reunião da
91 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social - Discutir sugestões de formato
92 e prazo para a realização da próxima Conferência Nacional; Reunião da Comissão de Financiamento
93 e Orçamento da Assistência Social - Status da Lei Orçamentária Anual - LOA 2024; Reunião da
94 Comissão de Normas da Assistência Social - Revisão do Regimento Interno do CNAS; Reunião da
95 Comissão de Políticas Articuladas ao SUAS - Protocolo de atendimento no SUAS em resposta à
96 Resolução nº 487 do Conselho Nacional de Justiça -CNJ: Política Antimanicomial; 9h30 às 18h –
97 Reunião da Comissão Eleitoral da Sociedade Civil no CNAS – Gestão 2024/2026; 16h às 18h –
98 Reunião da Presidência Ampliada do CNAS. Dia 07/03/2024 – 325ª Reunião Ordinária do CNAS:
99 9h às 10h – Reunião interna de alinhamento de representação dos seguimentos que compõem o
100 CNAS; 10h às 10h30 – Aprovação da ata da 324ª Reunião Ordinária e da pauta da 325ª Reunião
101 Ordinária; 10h30 às 11h30 – Apresentação sobre “Avaliação Biopsicossocial Unificada da
102 Deficiência”, Convidada: Naira Rodrigues Gaspar, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Avaliação
103 Biopsicossocial Unificada da Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; 11h30 às
104 12h - Relato da Reunião do Grupo de Trabalho para realizar estudos, apresentar análises e propostas
105 com relação a parâmetros e critérios para ofertas de Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos
106 pelas entidades privadas/organizações da sociedade civil da Assistência Social; 14h às 18h -
107 Retomada do debate da Resolução nº 6, de 21 de maio de 2015, que regulamenta o entendimento
108 acerca dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, convidados: Professor
109 Edval Bernadino Campos, Professora Eleonora Schettini Martins Cunha e Professora Aldaíza Sposati.
110 Dia 08/03/2024 – 325ª Reunião Ordinária do CNAS: 9h às 10h30 - Relato da Reunião da Presidência
111 Ampliada do CNAS; 10h30 às 12h - Relato da Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento
112 da Assistência Social; 14h às 15h - Relato da Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social;
113 15h às 16h – Relato da Reunião da Comissão de Políticas Articuladas ao SUAS; 16h às 17h - Relato
114 da Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; 17h às 18h -
115 Informes da Presidência, Secretaria Executiva, CIT, CNAS/MDS, FONGEAS, CONGEMAS e
116 Conselheiros. Em seguida, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera pediu a inversão de pauta entre
117 os temas Apresentação sobre “Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência” e Relato da
118 Comissão de Normas e a Conselheira Solange Bueno, representante do Fórum Nacional dos Usuários

119 do Sistema Único de Assistência Social – FNUSUAS, solicitou a inclusão da leitura do Ofício da
120 Comissão de Benefícios dirigido aos Ministérios e Secretarias Nacionais, o que foi acatado. Então, a
121 Presidente Margareth Alves Dallaruvera colocou em votação a Ata da 324ª Reunião Ordinária do
122 CNAS, a qual foi aprovada pela unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes. Ato contínuo, a
123 Pauta da 324ª Reunião Ordinária do CNAS foi aprovada pela unanimidade dos(as) conselheiros(as)
124 presentes. Cumprimentou o Doutor William Olivindo, representante da Conjur, presente na reunião.
125 O convidado Sr. Allan Carvalho, da FNTSUAS-FETSUAS/SP, perguntou se haverá um momento
126 para debate a respeito da Resolução nº 6 e a Secretária Thaís explicou que sim, que consta na pauta,
127 mas que os conselheiros devem aprovar o pedido de fala dos convidados. Na sequência, foi feita a
128 leitura da Nota de Repúdio do CNAS sobre a População em Situação de Rua, elaborada pelos
129 Conselheiros Régis Aparecido Spíndola, representante da Secretaria Nacional de Assistência Social
130 – SNAS/MDS, e Rafael Machado, representante do Movimento Nacional População de Rua, a qual
131 foi aprovada pela unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes. Após, passou-se ao relato da
132 Comissão de Normas da Assistência Social, realizada em 06 de março de 2024. Com a palavra, a
133 Conselheira Titular Solange Bueno elencou os(as) conselheiros(as), colaboradores(as), participante e
134 membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus
135 encaminhamentos, sendo eles: Item 1. Revisão do Regimento Interno do CNAS. Convidado:
136 Consultoria Jurídica do MDS. A Comissão procedeu à leitura e apresentou contribuições de redação
137 até o Artigo 32 da proposta do Regimento Interno. Considerando a necessidade de conclusão do
138 debate e elaboração de propostas, houve consenso por encaminhar à Presidência Ampliada solicitando
139 realização de Reunião Extraordinária em abril/2024. Encaminhamento: Inserir arquivo no drive da
140 Comissão de Normas. Item 2. Elaboração de Resolução que estabelece os procedimentos aplicáveis
141 às denúncias recebidas no CNAS. Convidada: Consultoria Jurídica do MDS. A Comissão apreciou a
142 minuta de Resolução com as recomendações da CONJUR/MDS e realizou acréscimos na proposta
143 para encaminhamento à Plenária. Encaminhamento: Submeter resolução ao pleno para aprovação,
144 com quórum qualificado. Item 3. Encaminhamento para discussão da Resolução CNAS nº 34/2011,
145 que define a Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção da sua integração à
146 vida comunitária no campo da assistência social e estabelece seus requisitos sobre habilitação e
147 reabilitação. Propostas de encaminhamento para a Presidência Ampliada com solicitação de reunião
148 extraordinária em abril/2024. Encaminhamento: Incluir na pauta de abril. Item 4. Discussão sobre a
149 atualização da Resolução CNAS nº 14/2014. Proposta de encaminhamento para a Presidência

150 Ampliada com solicitação de reunião extraordinária em abril/2024. Encaminhamento: Incluir na
151 pauta de abril. Item 5. Revisão do Plano de ação. Encaminhamento: Incluir na pauta de maio. Item 6.
152 Demanda enviada pela Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de
153 Assistência Social: 6.1. Avaliação da planilha de deliberações apresentada na 12ª Conferência
154 Nacional de Assistência Social para preenchimento. Encaminhamento: Incluir na pauta de maio da
155 Comissão. Item 7. Pautas de Reuniões Extraordinárias deliberadas pela Comissão e encaminhadas
156 para a Presidência Ampliada: Revisão do Regimento Interno do CNAS (continuidade), Discussão e
157 Atualização da Resolução CNAS nº 14/2014 e Discussão sobre a atualização da Resolução CNAS nº
158 34/2011. Item 8. Definição da Pauta do mês de maio/2024, do assunto principal e dos convidados, se
159 houver: 09h às 15h30 – Convidado: CONJUR/MDS. 8.1. Regimento Interno do CNAS: Ponto
160 principal. 8.2. Discussão da Resolução CNAS nº 6/2015. 8.3. Resultado do Grupo de Trabalho
161 ADGD. 8.4. Discussão sobre a atualização da Resolução CNAS nº 14/2014. 8.5. Discussão sobre a
162 atualização da Resolução CNAS nº 34/2011; 15h30 às 15h40 – 8.6. Revisão do Plano de Ação:
163 Indicativo de temas considerados prioritários para a Gestão 2024/2026. 8.7. Avaliação da planilha de
164 deliberações apresentada na 12ª Conferência Nacional de Assistência Social para preenchimento;
165 15h40 às 16h – 8.8. Definição da Pauta do mês de julho/2024, do assunto principal e dos convidados,
166 se houver. Em seguida, a Conselheira Edna Aparecida Alegro, representante da Federação Nacional
167 das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI, fez a leitura da Resolução que estabelece os
168 procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS
169 e dá outras providências, referente ao Item 2 da Reunião. A Conselheira Solange Bueno perguntou se
170 as denúncias vindas de vias públicas serão apreciadas, ao que a Presidente Margareth Alves
171 Dallaruvera afirmou que sim, e a Conselheira Edna Alegro explicou que a Resolução institui o rito
172 para as denúncias, assim como procedimentos e prazos. Já a Conselheira Eutália Barbosa,
173 representante da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC/MDS, sentiu falta de um
174 fluxo que oriente o tratamento das denúncias e sugeriu indicar a construção desse procedimento. Em
175 resposta, a Conselheira Edna Alegro disse acreditar que os parâmetros básicos foram estabelecidos,
176 ao que o Sr. William Olivindo concordou e o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo,
177 representante da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS/MDS, acrescentou que as demais
178 informações constam no Regimento Interno. Após, a Resolução sobre as Denúncias foi considerada
179 aprovada pela unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes com 16 votos favoráveis. De volta ao
180 relato da Reunião da Comissão de Normas, sobre o Item 3, a Conselheira Solange Bueno lembrou

181 que o tema também é discutido na Comissão de Políticas e a Conselheira Edna Alegro ficou à
182 disposição para colaborações e troca de informações. Foi agendada uma reunião online conjunta entre
183 as duas Comissões para o dia 08 de abril, no período da tarde. Por fim, o relato da Reunião da
184 Comissão de Normas foi aprovado pela unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes. Ato
185 seguinte, passou-se à leitura do Ofício da Comissão de Benefícios ao Ministério dos Direitos
186 Humanos e Cidadania, Ministério do Planejamento e Orçamento e Ministério do Desenvolvimento e
187 Assistência Social, Família e Combate à Fome e suas respectivas secretarias. Nos encaminhamentos,
188 o Conselheiro Ismael Ultino, representante do Movimento Nacional Pestalozziano de Autodefensores
189 – MONPAD, pediu a substituição do termo “portador de deficiência” por “pessoa com deficiência”,
190 sendo que a Conselheira Edna Alegro explicou que o texto foi copiado da Constituição, quando a
191 terminologia ainda era “portador de deficiência”, mas que pode ser feita uma nota de rodapé à respeito
192 no ofício. A Conselheira Eutália Barbosa avisou que as expressões “amparo” e “carente” também não
193 são mais usadas e que o mesmo critério pode ser utilizado. Com a disponibilização do Sr. William
194 Olivindo em ajudar a redação, foram descartadas as notas de rodapé e determinou-se que será criado
195 um novo texto. A Presidente Margareth Alves Dallaruvera pediu que todas as questões vinculadas ao
196 SUAS partindo da comunicação sejam tratadas no CNAS, sugerindo a seguinte redação: “Solicitamos
197 à todos os órgãos à que se destinam o presente Ofício que todos os assuntos relacionados à benefícios,
198 serviços, programas e projetos socioassistenciais, principalmente as novas propostas, sejam
199 submetidas previamente para análise e validação do CNAS. Salientamos a importância da
200 comunicação desses assuntos, tendo em vista a relevância, serem alinhados tecnicamente com o
201 CNAS”. A seguir, a Conselheira Edna Alegro questionou a redação: “No campo da seguridade social,
202 é fundamental que a análise/compreensão (...)”, pedindo a substituição da barra pelo “e” e indagando
203 se se trata apenas do campo da seguridade social. Sobre isto, a Conselheira Eutália Barbosa sugeriu:
204 “No campo da assistência social, é fundamental que a análise e compreensão (...)”. Ato seguinte,
205 foram questionados os destinatários do Ofício, sendo que o Conselheiro Régis Aparecido Spindola
206 pediu a inclusão do Ministério da Igualdade Racial, Ministério das Mulheres, Ministério dos Povos
207 Indígenas, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Casa Civil. Devido ao avanço do horário, a
208 Presidente Margareth Alves Dallaruvera pediu que a discussão continuasse no período da manhã do
209 dia 08/03/2024, assim como o relato do GT, o que foi acatado. Após o intervalo, a Presidente
210 Margareth Alves Dallaruvera cumprimentou os convidados: Professor Edval Bernadino Campos,
211 Professora Eleonora Schettini Martins Cunha e Professora Aldaíza Sposati. Retomou a discussão

212 acerca da Resolução CNAS/MDS nº 6/2015, que trata da representação dos trabalhadores. Fez a
213 leitura da pauta proposta: Dia 07/03/2024 – 14h às 18h: Tema: Debate da Resolução nº 6/2015, com
214 o objetivo de revisão e atualização futura. Objetivo: Tratar quem são os trabalhadores do SUAS e
215 quem os representam. 1. Contextualização sobre o surgimento da Resolução nº 6/2015; Tempo de
216 fala: 30 minutos; Presidente Margareth Alves Dallaruvera; Convidados: Jucileide Nascimento. 2.
217 Escuta dos Trabalhadores, Tempo de fala: 2 minutos cada; Convidados: Entidades Nacionais
218 representadas pelas Resoluções nº 9/2014 e nº 17/2011, Conselheiros do Segmento dos Trabalhadores
219 do CNAS, Convidados do Segmento dos Trabalhadores da rede socioassistencial que tenham acento
220 nos Conselhos de Assistência Social. 3. Síntese dos pontos apresentados para aprofundamento no
221 Seminário a ser realizado na reunião descentralizada e ampliada do CNAS que ocorrerá nos dias 16
222 e 17 de abril; Tempo de fala: 10 minutos cada; Convidados: Professora Aldaíza Sposati, Professora
223 Eleonora Schettini Martins Cunha e Professor Edval Bernadino Campos. Com a palavra, a Sra.
224 Randriene Maia, Coordenadora de Financiamento/Secretaria-Executiva do CNAS, explicou como
225 foram feitos os convites aos trabalhadores. Começou dizendo que cada CEAS teve oportunidade de
226 indicar um representante para a reunião e 15 foram indicados. Já os CMAS indicaram 17
227 representantes e as entidades 15. A Presidente Margareth Alves Dallaruvera agradeceu à todos os que
228 aceitaram os convites e passou a presidência da mesa ao Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo,
229 para que pudesse fazer sua explanação. A seguir, o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo pediu
230 que o tempo de fala fosse respeitado devido ao grande número de falantes e disse que os inscritos
231 terão direito de fala por ordem alfabética. Com a palavra, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera
232 iniciou tratando do histórico da Resolução nº 6/2015, que revogou a Resolução nº 23/2006 para
233 inclusão dos fóruns no texto com o objetivo de melhorar a comunicação com os trabalhadores da
234 ponta. Listou as fragilidades que precisam ser revistas e alteradas: Validar a posição dos demais
235 trabalhadores através de um levantamento dos Fóruns Estaduais dos Trabalhadores do SUAS
236 (FETSUAS), majoritariamente coordenados por assistentes sociais e psicólogos, principalmente
237 quando se trata dos trabalhadores que não possuem entidades de representação; Criar critérios para
238 que um fórum participe sem substituir as entidades; Explicitar que quem exerce cargo de confiança,
239 não somente na gestão do SUAS, mas também nas demais Políticas Públicas, não pode representar o
240 trabalhador; Criar critérios para os fóruns, como: apresentar a participação dos trabalhadores de
241 diversas categorias, ter atividades permanentes com os trabalhadores e apresentar relatórios sobre
242 elas, substituir a participação das entidades de formato jurídico, garantir a participação de todos os

243 trabalhadores das redes privadas e públicas, atender nos espaços de controle social e nas conferências
244 e incluir a participação de trabalhadores de todos os níveis. Por fim, reforçou que o objetivo é
245 fortalecer todos os trabalhadores do SUAS e passou a palavra para a Professora Jucileide de Ferreira
246 do Nascimento, Conselho Federal de Assistência Social - CFESS, que contou sua caminhada como
247 pesquisadora da política de assistência. Falou sobre a história recente das lutas pela política de
248 assistência social e da importância dos conselhos e conferências. Destacou que é necessário que aja
249 a articulação de forças democráticas que conciliem as democracias direta, participativa, representativa
250 e deliberativa. Discorreu sobre a posição de contestação e resistência da sociedade civil. Lembrou da
251 reformulação que culminou na Resolução nº 6/2015, quando o CNAS defendeu os fóruns e foi criado
252 o Fórum Nacional dos Usuários do SUAS. Apontou como questão central da reformulação atual a
253 presença dos fóruns na Resolução. Indicou que os pontos que a Presidente Margareth Alves
254 Dallaruvera trouxe como fragilidade dos fóruns fazem parte da identidade da Política de Assistência
255 Social no Brasil. Defendeu as atividades das entidades, mesmo aquelas sem CNPJ, e registrou sua
256 defesa em relação à ampla e irrestrita participação de todas as formas de organização dos
257 trabalhadores do SUAS e como as organizações são legitimadas. Afirmou que é preciso articular
258 esforços em defesa da política de assistência social e agradeceu a oportunidade de falar. O Vice-
259 Presidente Edgilson Tavares de Araújo agradeceu a presença do Sr. William Olivindo e da equipe do
260 DG-SUAS e passou às falas dos trabalhadores. Começou com a Sra. Marleide Castro dos Santos,
261 CEAS-BA, que falou da principal fragilidade do Conselho da Bahia, que é a falta de
262 representatividade. A Sra. Ana Paula Portela, CEAS-AL, concordou com o discurso e pediu que as
263 forças sejam unidas em prol dos trabalhadores, se posicionando contra a alteração da Resolução. A
264 seguir, o Senhor André Luiz Martins, CEAS-MT, pediu que sejam colocados em pauta os critérios
265 que levem à ampliação da participação para outros segmentos além dos assistentes sociais e
266 psicólogos. A Sra. Tereza Serra, CEAS-CE, afirmou que há trabalhadores envolvidos no Conselho do
267 Estado, mas que é preciso ampliar e divulgar ainda mais. Após, a Sra. Grazielle Vieira Cachapuz
268 Machado, CEAS-MG, disse que o fórum local defende todos os trabalhadores do SUAS,
269 independentemente do nível de escolaridade, se posicionando contra a retirada dos fóruns da
270 Resolução. A Senhora Jéssica Maria de Souza, CEAS-PB, se disse contemplada com as falas
271 anteriores e a Senhora Daniele de March, CEAS-PR, questionou como as alterações fortalecerão a
272 participação dos trabalhadores, se declarando contra a mudança da resolução. A seguir, a Senhora
273 Alessandra Celita Couto, CEAS-RJ, também se disse contra a alteração e que é importante debater a

274 diversificação das representações. A Senhora Patrícia Ferreira da Silva, CONSEAS-SP, disse que a
275 organização e legitimidade do movimento social é constitucional e resultado da construção coletiva
276 dos sujeitos que o compõe, portanto o CNAS não pode questionar nem interferir na organização e
277 composição dos fóruns. Repudiou a tentativa de burocratizar a participação social, o que considerou
278 práticas da extrema direita fascista, se colocando contra a alteração da Resolução. Ato seguinte, o
279 Conselheiro Rafael Machado da Silva pediu uma questão de ordem, elogiou o trabalho da assistência
280 social, contando sua própria vivência, e destacou a importância do respeito, repudiando a
281 generalização da fala anterior. Disse que o CNAS está aberto à debates e conversas, mas que não é
282 preciso atacar. A seguir, a Sra. Alessandra Maria da Silva Dias, CMAS-Macapá, defendeu a Carta de
283 São Paulo e a manutenção da Resolução. Já a Sra. Bárbara Malvestio, CFP, reconheceu a legitimidade
284 dos fóruns e defendeu sua permanência. A Sra. Érica Cordeiro dos Santos Tessara, CMAS-Vitória,
285 relatou a dificuldade do CMAS em eleger representantes dos trabalhadores por falta de candidatos e
286 disse que a retirada dos fóruns restringiria ainda mais a participação. Com a palavra, o Senhor Ronald
287 Ferreira de Oliveira, CMAS-Campo Grande, se disse contrário à alteração e estranhou a colocação
288 do tema da pauta. O Sr. Almir Ferreira, CMAS/Campo Grande, concordou com as demais falas e
289 legitimou o espaço dos fóruns. Após, a Sra. Maria Valdevania de Assis, CMAS-Curitiba, concordou
290 e acrescentou que é preciso reconhecer a precarização e vulnerabilizarão dos espaços de trabalho, o
291 que traz prejuízo à participação de todas as categorias. A Sra. Poliana Oliveira Carvalho, CMAS-
292 Teresina, se surpreendeu com a temática da reunião, dizendo que é difícil fechar a quantidade de
293 trabalhadores na composição dos Conselhos, e defendeu a permanência dos fóruns, apensar do Fórum
294 do Piauí estar desativado. Então, a Sra. Khistiane Cabral Costa, CMAS-Porto Velho, se declarou
295 contra a alteração e a Sra. Flávia Maria de Moura Reis, COMAS-SP, afirmou que restringir a
296 participação nunca é uma solução democrática e que os fóruns participam das discussões dos
297 Conselhos. Ato seguinte, a Sra. Vanessa Pita Souza, CMAS-Salvador, reiterou o discurso de defesa
298 da manutenção da Resolução e o Sr. Agnaldo Engel Knevez, CFESS, declarou que as duas perguntas
299 propostas, “quem são os trabalhadores do SUAS e quem os representam”, estão bem respondidas nas
300 Resoluções mencionadas nas apresentações. Perguntou por que a pauta é prioritária, por que o debate
301 deve ser feito, quando há muitos outros temas de mais urgência, e quais são as prioridades do CNAS.
302 A seguir, a Sra. Bárbara de Souza Malvestio, representando o CFP, disse que os fóruns são espaços
303 diversos, democráticos e compostos por profissionais de todos os níveis, sendo imprescindíveis. Ato
304 contínuo, o Sr. Ismael José César, CUT, elogiou o debate rico e disse que o discurso da Presidente

305 Margareth Alves Dallaruvera explicita questões que não ficaram claras na Resolução, como a
306 possibilidade de representação através daqueles que ocupam cargos de confiança. Acrescentou que
307 em momento algum foi dito que o objetivo da alteração era diminuir a representatividade e a
308 participação social, e sim o contrário, colocando-se a favor da revisão. A Sra. Andréia Fernandes
309 Teixeira, FENAPSI, acredita que a mudança pode fragilizar os trabalhadores, julgou a preposição
310 frágil e perguntou o que a alteração agrega ao sistema. Então, a Sra. Irene Rodrigues, CONFETAM,
311 disse que, ao ler a proposição, não entendeu que a intenção era restringir a participação dos
312 trabalhadores e que os profissionais de nível médio também têm suas representações, defendendo a
313 liberdade e autonomia sindical, portanto a participação de qualquer pessoa eleita. Pediu que as
314 mudanças fossem recapituladas e reanalisadas. O Sr. Josenildo Luiz Gonzaga indagou qual é a real
315 proposta de atualização, afirmando que não ficou claro, e o que garante a ampla participação dos
316 trabalhadores do SUAS. Após, a Sra. Aurora Fernandez Rodrigues, CONSEAS-SP, falou sobre os
317 desafios de fortalecer e implementar de fato a Política Pública de Assistência Social, lamentando o
318 tempo gasto com o debate acerca de uma Resolução que engloba as informações necessárias.
319 Perguntou onde foi feita a pesquisa citada pela Presidente Margareth Alves Dallaruvera e destacou
320 que os fóruns são espaços de articulação e mobilização dos trabalhadores do SUAS de todos os níveis.
321 A Sra. Priscila Viegas Barretos de Oliveira, ABRATO, lamentou o debate diante de pautas mais
322 importantes, se disse preocupada com o questionamento da moção deliberada em conferência e
323 questionou a origem dos dados apresentados, se posicionando contra a mudança da Resolução. A
324 seguir, o Sr. Carlos Rogério de Carvalho Nunes, CTB, explicou que é possível ter a representação
325 oficial trabalhando em harmonia com as novas configurações de trabalhadores. Subsequentemente, a
326 Sra. Eliana Peres, FETSUAS, elucidou que a participação social se faz de forma coletiva, que o Fórum
327 Nacional de Trabalhadores caminha na diretriz da construção coletiva de defesa da política pública e
328 reiterou que outras pautas mais importantes deveriam ser abordadas, se posicionando contra a
329 mudança da resolução. A Sra. Ângela Maria de Aguiar da Silva, CMAS-Porto Alegre, resumiu que a
330 grande maioria das falas foi contra a alteração, assim como ela própria, o que já é indicado desde o
331 início da discussão, desejando com o CNAS escute o que está sendo solicitado. Pediu que fosse feita
332 uma análise de como os fóruns funcionam e quem participa deles e disse que sua preocupação atual
333 é o relacionamento com os usuários do SUAS. Então, a Sra. Aida Carvalho, FETSUAS/SP, CMAS-
334 Rio de Janeiro, não concorda que falta reconhecimento dos fóruns, mas que a participação de alguns
335 profissionais é fragilizada, pedindo sugestões para resolver a questão e reiterando que estão todos do

336 mesmo lado. O Sr. Sandro César, CNTSS, ressaltou a importância de uma colaboração coletiva capaz
337 de dar conta das múltiplas realidades que existem na sociedade e disse que é importante alterar a
338 resolução para garantir a participação de todos e fortalecer o SUAS. Na sequência, seguiu-se para as
339 falas dos Conselheiros do CNAS, com a Conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa, representante
340 da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas –
341 FENATIBREF, que considerou que a etapa atual trata de aprofundar o entendimento da Resolução
342 nº 06/2015, agradeceu os envolvidos e disse que resoluções podem ser alteradas e atualizadas para
343 ampliação, e não restrição. Pediu que fosse incluída a relação de representação e representatividade
344 e apelou que aja um aprofundamento do debate. Ato contínuo, a Conselheira Ana Lúcia Soares,
345 representante da Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – ABRATO, lembrou que o
346 Artigo 1º da Resolução reconhece a legitimidade de todas as formas de organização dos trabalhadores
347 e que o valor dessas representações não deve ser questionado. Pediu que fossem fornecidos dados
348 fidedignos sobre os fóruns, assim como suas atuações. Destacou que os fóruns são de trabalhadores,
349 e não de profissionais, e se disse preocupada com o possível impedimento da participação de fóruns
350 nas instâncias de controle social, inclusive o CNAS. Após, a Conselheira Simone Cristina Gomes,
351 representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP, se disse contrária à alteração já que, embora
352 não seja a intenção, fragiliza a participação social, e completou que todas as defesas das classes
353 trabalhadoras são fundamentais, lembrando que muitas vezes os fóruns são os únicos espaços de
354 articulação política e mobilização em prol dos trabalhadores. Então, o Conselheiro Agostinho Soares
355 Belo, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, questionou quem
356 representará os trabalhadores nas mesas de negociação do SUAS, assim como celebrará acordos e
357 convenções de trabalho quando não há sindicatos. Ato contínuo, a Conselheira Maria Aparecida do
358 Amaral Godoi de Faria, representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT, falou que há um
359 debate antigo sobre a atualização de todas as resoluções do CNAS, que dizer que mudar a Resolução
360 nº 6/2015 significa acabar com os fóruns é errôneo e quem disseminar esta informação está agindo
361 de má fé. Adicionou que as falas não deveriam ser contra ou a favor da alteração, e sim indicando o
362 que precisa ser feito para ajudar a melhorar o SUAS e que é papel do CNAS é levantar debates sem
363 medo de mudanças. A seguir, a Conselheira Judite da Rocha concordou que o debate é importante e
364 lamentou ter ouvido o termo “fascista”. Reafirmou que mudanças são necessárias e que o CNAS está
365 disposto a construir suas políticas em conjunto com o movimento social. Então, o Conselheiro Rafael
366 Machado pediu que a mudança na Resolução fosse reavaliada, uma vez que a plenária está dividida

367 e este não é o objetivo do CNAS, e sugeriu que fosse feita uma pesquisa mais extensa antes da
368 votação. Em resposta, o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo disse que nem sequer existe
369 texto de Resolução para votação e que a reunião é apenas para debate. Passou a palavra ao Professor
370 Edval Bernardinho Campos, da Universidade Federal do Pará - UFPA, que parabenizou à todos e
371 registrou seu repúdio com a colocação e as acusações da representante do CONSEAS-SP, sugerindo
372 que o CNAS peça explicações à respeito. Resumiu as falas dos convidados em três tópicos: a
373 legitimidade dos fóruns enquanto instrumentos de mobilização e representação dos trabalhadores; a
374 legitimidade dos fóruns para representar os trabalhadores em instâncias institucionais legalmente
375 constituídas com a prerrogativa de deliberação; e o debate com relação à Resolução nº 6/2015.
376 Afirmou que não há deslegitimação dos fóruns, que é importante que aja o debate e indicou artigos
377 contraditórios na Resolução, criticando a interpretação de quem se disse contra a mudança. Indicou
378 que, na Resolução, não há legalidade da presença dos fóruns nos conselhos do país, o que facilita a
379 sua extinção. Em posse da palavra, a Professora Eleonora Schettini, da Universidade Federal de Minas
380 Gerais – UFMG, parabenizou a iniciativa do diálogo e elogiou a síntese do Professor Edval
381 Bernardinho Campos. Comentou a posição da maioria contra a mudança da Resolução e disse que
382 posições cristalizadas prejudicam o diálogo. Refletiu sobre o motivo de mudar as normas, indicando
383 que ficam obsoletas diante da realidade, e que as mudanças exigem estudo e aprofundamento. Sobre
384 a posição contrária dos convidados, questionou se a compreensão foi equivocada ou se os pontos de
385 mudança não ficaram claros, causando resistência. Insistiu que o objetivo não é excluir os fóruns da
386 Resolução, e sim ampliar a participação e garantir a proteção do papel de representação deles. Disse
387 que, caso a alteração da Resolução ocorra, ainda há muitos outros aspectos não abordados que podem
388 ser incluídos. A seguir, a Professora Aldaíza Sposati, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
389 – PUC-SP, questionou por que o tema da Resolução está em debate quando há tantos outros assuntos
390 a serem explorados. Se disse surpresa com a posição da CUT/SP, afirmando que pedirá
391 esclarecimentos à respeito, e pediu o fortalecimento da Resolução, perguntando como isso será feito.
392 Criticou a falta de educação continuada na assistência social no aspecto político e afirmou que só há
393 trabalhadores e usuários no SUAS porque há serviços sociais a serem prestados, sendo que a
394 tipificação dos serviços precisa ser discutida para que se entenda quem são os trabalhadores. Destacou
395 que os representantes dos usuários devem ser aqueles que estão envolvidos na finalidade dos serviços
396 e que é preciso ter protocolos mais definidos. Acrescentou que não viu divisão na reunião, e sim
397 posicionamentos interessantes, e que a busca é pelo avanço democrático. Após, o Sr. Allan Carvalho

398 pediu que a reunião se estendesse além do horário previsto, a fim de contemplar a fala de todos, e a
399 Presidente Margareth Alves Dallaruvera explicou que não seria possível, pois terá uma reunião a
400 respeito do desfinanciamento da assistência social no Congresso na sequência. Seguindo para as falas
401 de réplica, a Conselheira Maria Aparecida Godoi se dirigiu à Professora Aldaíza Sposati, dizendo que
402 a CUT nunca se posicionou contra a Resolução nº 6, e que precisa sim ser revista e atualizada, ao que
403 a Professora Aldaíza Sposati se disse mais tranquila com a posição apresentada. Então, a Sra. Patrícia
404 Ferreira da Silva reafirmou que nem o CNAS nem nenhuma outra entidade externa deve ditar o
405 funcionamento dos Fóruns e relembrou que a reunião de fevereiro claramente teve a intenção de
406 retirar os Fóruns de Trabalhadores da Resolução, se desculpando caso alguém tenha se sentido
407 ofendido com a sua fala. Por fim, falou que qualquer tentativa de restringir, limitar e impedir a
408 participação não é estratégia da classe trabalhadora e não a representa. Após, o Sr. Allan Carvalho
409 propôs uma discussão sobre o desfinanciamento e a reconstrução do SUAS para a pauta de abril, em
410 substituição ao debate da Resolução nº 6, uma vez que a maioria dos presentes se posicionaram contra
411 a mudança, e disse que os fóruns não competem com entidades sindicais. Ato seguinte, a Sra. Aurora
412 Fernandez Rodrigues considerou que a Conferência Nacional demonstrou apoio aos fóruns, o que é
413 reafirmado pela Carta de São Paulo. Pediu a ampliação da participação, do controle social, da
414 educação e dos investimentos, reconhecendo a luta dos trabalhadores. Já a Sra. Marleide Castro dos
415 Santos perguntou se o CNAS entendeu que os trabalhadores querem manter suas representações, e
416 não abrir sindicatos, insistindo na manutenção da Resolução. Então, o Sr. Danilo Silva, CEAS-MA,
417 julgou a fala inicial da Presidente Margareth Alves Dallaruvera antídática, fraca, superficial e rasa
418 no que diz respeito ao funcionamento dos fóruns, disse que os fóruns não defendem apenas os
419 funcionários efetivos e indicou sua importância, principalmente nos municípios pequenos, que não
420 contam com sindicatos. Em resposta, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera pediu respeito e disse
421 que a fala foi deselegante, reafirmando que criou os fóruns, portanto não está contra eles, apenas
422 deseja o aumento da participação dos trabalhadores. Incluiu que o levantamento apresentado foi feito
423 a partir de dados enviados pelos próprios estados. A Conselheira Sandra Regina Barbosa solicitou
424 que todos sejam propositivos até a próxima reunião e possam refletir sobre a discussão, pedindo
425 consciência de classe. Depois, a Sra. Jennifer Danielle Souza Santos, FETSUAS/MG, também pediu
426 respeito e relatou a instalação do Fórum na Cidade de Nova Serrana, que conta com trabalhadores de
427 todos os níveis, o que nem sempre acontece devido à precarização do trabalho. Pediu que o CNAS
428 faça a proposta de mudança visando o aumento da participação para que a discussão ocorra em cima

429 disso. A seguir, a Sra. Jucileide de Ferreira do Nascimento pediu que o CNAS resguarde a diversidade
430 e incentive a democracia. A Conselheira Maria Aparecida Godoi reafirmou o compromisso do CNAS
431 com a construção de propostas que atendam à complexidade que é a Política Nacional da Assistência
432 Social no que tange os seus funcionários, sendo que é fundamental abrir espaços para a construção
433 coletiva, como poderia ter sido feito na presente reunião, e pediu que aja responsabilidade nas falas.
434 Ato seguinte, a Conselheira Solange Bueno concluiu que os fóruns estão sempre dispostos a escutar
435 e aprender, relatando sua luta em prol da criação deles. Disse que o CNAS nunca deixou de atender
436 a Política de Assistência Social e que o Plano de Ação da Comissão de Políticas, da qual é
437 coordenadora, está repleto de demandas de atualização da Resolução. Então, o Sr. Agnaldo Engel
438 Knevitz falou que debates fazem parte das construções e discordou que todas as resoluções precisam
439 ser atualizadas. Reafirmou que o diálogo deve ser conjunto e respeitoso. Subsequentemente, a Sra.
440 Priscila Viegas Barreto de Oliveira reforçou sua preocupação com o debate democrático e disse que
441 as posições oferecidas não foram em vão, e sim baseadas em uma proposta apresentada de retirada
442 os fóruns da Resolução. Insistiu que o desejo de todos é pelo reconhecimento dos fóruns como
443 espaços legítimos de representatividade da classe trabalhadora do SUAS. Por fim, o Vice-Presidente
444 Edgilson Tavares de Araújo agradeceu à todos, disse que nenhum debate é perda de tempo e colocou
445 que essa não é a única pauta que o CNAS está discutindo atualmente. Pediu que a pauta tratada seja
446 amadurecida, assim como qualquer outra, e que o CNAS avalia todas as pautas propostas assim que
447 possível. A Presidente Margareth Alves Dallaruvera agradeceu a participação de todos, do Professor
448 Edval Bernadino Campos, da Professora Eleonora Schettini Martins Cunha, da Professora Aldaíza
449 Sposati e da Sr. Jucilene Ferreira do Nascimento, que participou da criação da Resolução. Explicou
450 que o CNAS, como guardião máximo da Política de Assistência Social, tem o poder de alterar
451 qualquer Resolução através da Comissão de Normas. Relatou as denúncias recebidas, inclusive de
452 usuários sendo assediados para se posicionarem contra a alteração da Resolução. Concluiu que o
453 importante é evoluir na discussão e que o objetivo não era apresentar propostas por enquanto. A
454 Conselheira Ana Lúcia Soares pediu que a Presidente Margareth Alves Dallaruvera não leve como
455 desrespeito, mas que não aceita conviver com meias verdades. **ENCERRAMENTO 07/03/2024:**
456 Finalizados os itens de pauta do dia, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera encerrou o primeiro
457 dia da 325ª Reunião Ordinária do CNAS com agradecimento a participação de todos(as).
458 **ABERTURA 08/03/2024:** A Presidente Margareth Alves Dallaruvera deu início ao segundo dia da
459 325ª Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a todos(as) e, em seguida, solicitou à Secretária

460 Thais Braga que realizasse a verificação do quórum. Verificada a existência de quórum, a Presidente
461 Margareth Alves Dallaruvera parabenizou à todas pelo Dias das Mulheres e a Conselheira Eutália
462 Barbosa fez a leitura da Carta às Mulheres da Palestina. Na sequência, passou-se ao relato da Reunião
463 do Grupo de Trabalho para realizar estudos, apresentar análises e propostas com relação a parâmetros
464 e critérios para ofertas de Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos pelas entidades
465 privadas/organizações da sociedade civil da Assistência Social, realizada em 05 de março de 2024.
466 Com a palavra, o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo elencou os(as) conselheiros(as),
467 colaboradores(as), participante e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou os
468 pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: Item 1. Diálogo sobre
469 Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos - Direitos Humanos e Socioassistenciais. Convidados:
470 Wederson dos Santos (Direitos Humanos), Jorge Amaro (Direitos Socioambientais) e Rosangela Paz
471 – PUC/SP. Falou-se sobre o diálogo entre a Assistência Social e de Política de Meio Ambiente, o uso
472 da assistência social na perspectiva dos direitos humanos e a Resolução CNAS nº 27/20211, que
473 define as ações de Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos no âmbito da Assistência Social.
474 Item 2. Sistematização do Relatório Final do Grupo de Trabalho. Encaminhamentos: a) Encaminhar
475 para os conselheiros do GT todas as memórias; b) Criar uma pasta no drive para as contribuições da
476 Resolução CNAS nº 27/2011, com os relatos do GT e a proposta de Nota Técnica, Resolução
477 CNAS/MDS nº 111 de 2023; c) Elaborar relatório final: Emilene Araujo, Solange Bueno, Daniela
478 Arsky e Regis Spindola. D) Elaborar normativa: Edgilson Tavares, Edna Alegro e Ivone Fiore; e)
479 Encaminhamento enviados para a Presidência Ampliada: 1) Reunião virtual do GT dia 20/03 das 14h
480 às 17h: análise do relatório final e proposta de encaminhamentos; 2) Propor ida para a RDA os
481 conselheiros que compõem o Grupo de Trabalho dia 15/04 pela manhã, para se reunir no período da
482 tarde (14h às 18h), visando a conclusão do Relatório Final do Grupo de Trabalho e proposta de
483 encaminhamentos. Item 3. Definição da Pauta da próxima reunião e dos convidados, se houver.
484 Reunião Virtual em 20 de março de 2024 - 14h às 17h. 3.1. Análise do relatório final e proposta de
485 encaminhamentos. Reunião Presencial 15 de abril de 2024 - 14h às 18h. 3.2. Conclusão do Relatório
486 Final do Grupo de Trabalho e proposta de encaminhamentos. Sobre a Minuta da Moção das
487 Comunidades Terapêuticas, o Conselheiro Régis Aparecido Spíndola afirmou que não houve tempo
488 para concluir o texto, portanto será analisado na próxima reunião. Não havendo destaques, o relato
489 da Reunião do GT foi aprovado pela unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes. Na sequência,
490 passou-se ao relato da Reunião da Presidência Ampliada, realizada em 06 de março de 2024. Com a

491 palavra, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera elencou os(as) conselheiros(as),
492 colaboradores(as), participante e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou os
493 pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: Item 1. Reunião Descentralizada e
494 Ampliada do CNAS – 16 a 18 de abril de 2024 – Rio de Janeiro/RJ. 1.1. Formato – Presencial com
495 transmissão ao vivo pelo Youtube. 1.2. Tema – SUAS em Debate: agendas do presente e do futuro.
496 1.3. Local – Rio de Janeiro/RJ. 1.4. Programação – OK. 1.5. Convidados – OK. 1.6. Número de
497 participantes – 400 vagas, sendo garantida representatividade regional e com prioridade para:
498 conselheiros municipais, estaduais e do DF, secretárias/os executivos dos CMAS, CEAS e CAS/DF.
499 1.7. Painéis – OK. 1.8. Período de inscrição – a definir. As inscrições serão realizadas via
500 Sisconferência. Encaminhamentos da 324ª Reunião Ordinária do CNAS: a) Pautar na RDA de abril
501 o SUAS e o sistema de justiça; b) Garantir a apresentação dos resultados do processo de participação
502 social da Política Nacional de Cuidados da Secretaria Nacional de Cuidados e Família - SNCF na
503 pauta da RDA de abril. Minuta de Programação: Dia 16/04/2024 – Reunião Descentralizada e
504 Ampliada do CNAS: 8h – Credenciamento; 9h às 9h30 - Solenidade de abertura. Convidados:
505 Ministro de Estado do MDS, Wellington Dias; Secretário Nacional de Assistência Social, André
506 Quintão; Representante da Frente Parlamentar em Defesa do SUAS; Fórum Nacional de
507 Secretários(as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Colegiado Nacional de Gestores
508 Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Representantes dos Trabalhadores; Representante
509 dos Usuários; Representante das Entidades; Conselho Estadual de Assistência Social do Rio de
510 Janeiro - CEAS/RJ; Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro/RJ – CMAS. 9h30
511 às 12h - Mesa 1: SUAS e o Sistema de Justiça. Convidados: Diretora do Departamento de
512 Planejamento e Gestão do Ministério Público do Estado do Paraná – MPPR, Denise Colin; Juiz de
513 Direito, Gerivaldo Neiva; e Representante do CNJ- Bahia. Mediador: Conselheiro Nacional Régis
514 Spíndola. 12h às 14h - Almoço. 13h30 às 17h - Mesa 2: O papel da Política Nacional de Cuidados no
515 SUAS: perspectivas e desafios. Convidados: Secretária Nacional de Cuidados e Família do MDS,
516 Laís Abramo; Vice-presidente do CNAS, Edgilson Tavares; e Vice-presidente do CONGEMAS,
517 Magali Basile. Mediador: Conselheira Nacional Célia Melo. Dia 17/04/2024 – Reunião
518 Descentralizada e Ampliada do CNAS: 9h às 12h - Painéis: Painel 1 – Inscrição e fiscalização de
519 entidades e organizações da assistência social, nos conselhos municipais e do Distrito Federal.
520 Coordenação: Conselheira Nacional Edna Alegro e Conselheira Nacional Amanda Simone.
521 Convidados: Coordenadora-geral do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS -

522 DRSP, Alessandra Portela. Painel 2 – Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUAS e
523 Desprecarização das condições de trabalho. Coordenação: Presidente do CNAS, Margareth
524 Dallaruvera e representante do CONGEMAS Keiles Macedo. Convidados: Coordenador-Geral de
525 Gestão do Trabalho e Educação Permanente DGSUAS/SNAS/MDS, Marcílio Marquesini. Painel 3
526 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Trabalho Social com Famílias.
527 Coordenação: Conselheira Nacional Simone Gomes e Conselheiro GOV. Convidados: Professora
528 Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social da PUC/SP,
529 Abigail Torres. Painel 4 – Atuação do SUAS nos processos de emergências e calamidades, migrantes,
530 refugiados e apátridas. Coordenação: Representante do CONGEMAS, Heitor Santos, e Conselheiro
531 Nacional Rafael Machado. Convidados: Cíntia, Departamento de Proteção Social Especial -
532 DPSE/SNAS/MDS. Painel 5 – Gestão de Benefícios Eventuais. Coordenação: Conselheiro Raimundo
533 e Conselheira Solange Bueno. Convidados: Ana Lígia Gomes. Painel 6 – Representação e
534 Representatividade nos Conselhos de Assistência Social. Coordenação: Conselheiro Ismael Utino e
535 Conselheiro GOV. Convidados: Professor Edval Bernardino e Professora Eleonora Schettini. 12h às
536 14h - Almoço. 14h às 18h - Relato dos debates dos Painéis. Dia 18/04/2024 – Reunião
537 Descentralizada e Ampliada do CNAS. 9h às 10h - Lançamento da Campanha Contra o Assédio
538 Moral no SUAS. Convidados: a confirmar. 10h às 12h - Encontro Nacional das/dos Secretárias/os
539 Executivas/os dos Conselhos de Assistência Social. Seminário dos Trabalhadoras/es do SUAS.
540 Convidados: Professor Edval Bernardino e Professora Eleonora Schettini. 12h às 14h - Almoço. 14h
541 às 16h - Encontro Nacional das/dos Secretárias/os Executivas/os dos Conselhos de Assistência Social.
542 Seminário dos Trabalhadoras/es do SUAS. Convidados: Professor Edval Bernardino e Professora
543 Eleonora Schettini. 16h às 17h - Encerramento. Encaminhamento: Que a RDA aconteça nos dias 16,
544 17 e 18 de abril e a 326ª Reunião Ordinária no dia 19 de abril. Item 2. E-mail do Conselho Municipal
545 de Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS/BH, recebido no dia 22 de fevereiro, onde
546 encaminha nota em defesa do Centro de Referência LGBT e em repúdio aos recentes ataques sofridos
547 por este equipamento. Encaminhamentos: a) Encaminhar a nota ao CEAS/MG solicitando que
548 acompanhem e tomem as devidas providências; b) Responder que o CNAS repudia qualquer ato de
549 preconceito, discriminação e opressão, e que reconhece o público LGBTQIAPN+ como prioritário
550 do SUAS, que o Colegiado é solidário à nota e encaminha para que o CEAS/MG tome as devidas
551 providências. Item 3. Ofício nº 178/204 do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, recebido
552 no dia 22 de fevereiro, que encaminha manifestações sobre o conteúdo da Instrução Normativa

553 Conjunta SAGIC/SENARC/SNAS/MDS nº 05, de 4 de janeiro de 2024 e solicita uma revisão. Item
554 4. Ofício nº 090/2024 do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo – 9ª Região – CRESS/SP,
555 recebido no dia 22 de fevereiro. A manifestação é sobre a matéria publicada pelo MDS em seu site e
556 rede social com orientações para que as famílias sejam obrigadas a receber as equipes dos CRAS ou
557 terão seus benefícios “cortados”. Encaminhamentos dos itens 3 e 4: a) Encaminhar via Comissão de
558 Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda – CABSTR para
559 esclarecimentos da SAGICAD, SENARC e SNAS para posterior manifestação do CNAS; b) Que o
560 CNAS notifique a ASCOM, SNAS, SENARC, SAGICAD e SE/MDS para que a divulgação de novas
561 propostas do MDS que envolvam o SUAS (equipamentos, unidades, financiamento, fiscalização,
562 avaliação, monitoramento, controle social, PNAS, ofertas, etc.) necessariamente sejam analisadas
563 previamente pelo CNAS, e encaminhar anexa a nota elaborada pela Comissão de Acompanhamento
564 de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda – CABSTR; c) Responder ao CFESS e ao
565 CRESS/SP que foi encaminhada notificação aos órgãos acima citados, com pedido de esclarecimento.
566 Item 5. E-mail do Sr. Ademir dos Santos, Doutor em Psicologia, recebido no dia 23 de fevereiro, a
567 respeito da contratação da equipe técnica por modelos como o MEI. Encaminhamento: Responder
568 aos itens 4 e 5, que as Organizações da Sociedade Civil possuem autonomia, porém, com base nas
569 normativas do SUAS, o CNAS repudia qualquer tipo de precarização das relações de trabalho. Item
570 6. E-mail do Sr. Silvio Francisco, recebido no dia 23 de fevereiro, onde solicita esclarecimentos “por
571 qual motivo os soropositivos não podem acessar o benefício de prestação continuada” e outras
572 dúvidas sobre o Programa Bolsa Família. Encaminhamento: Encaminhar para o Departamento de
573 Benefícios Assistenciais – DBA/SNAS/MDS. Item 7. E-mail do Conselho Nacional de
574 Autodefensores do Movimento Pestalozziano, recebido no dia 27 de fevereiro, onde encaminha carta
575 solicitando apoio ao CNAS para averiguar o que vem acontecendo na Associação Pestalozzi de
576 Maceió. Informa que o Centro-Dia da Associação Pestalozzi de Maceió fechou suas portas no dia 19
577 de fevereiro e solicita ajuda para reabrir. Encaminhamento: Encaminhar a carta para o CEAS/AL com
578 cópia para o CMAS de Maceió solicitando que o CEAS acompanhe essa situação junto ao CMAS,
579 bem como pedindo esclarecimentos sobre o cofinanciamento e repasses desse serviço. Item 8. Ofício
580 nº 011/2024 do Conselho Estadual de Assistência Social do Rio de Janeiro – CEAS/RJ, recebido no
581 dia 1º de março, em resposta à solicitação de esclarecimentos da Comissão Organizadora da 13ª
582 Conferência Nacional em relação a manifestação de uma delegada do município de Barra Mansa/RJ
583 (Ofício nº 99/2023/MDS/CNAS). Encaminhamento: Responder dando ciência e encaminhar a

584 resposta do CEAS/RJ para a Ouvidoria do MDS. Item 9. E-mail do Sr. Fábio Hideki Oshima, da
585 Secretaria de Assistência Social de São José dos Pinhas/PR, recebido no dia 05 de março, pelo qual
586 solicita consulta referente à Lei nº 14.674/2023, que faz alterações da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria
587 da Penha) e dispõe sobre o auxílio-aluguel. Encaminhamento: Encaminhar para o Departamento de
588 Benefícios Assistenciais – DBA/SNAS/MDS. Item 10. Moções da 13ª Conferência Nacional de
589 Assistência Social. Encaminhamentos: a) Encaminhar as moções para a Comissão de Política analisar
590 e remeter aos destinatários; b) Postar todas as moções no Blog do CNAS, em caráter de urgência.
591 Item 11. Ofício nº 010/2024 do Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS -
592 FNTSUAS, recebido no dia 29 de fevereiro, onde vem reiterar seu posicionamento aprovado na X
593 Plenária Nacional do FNTSUAS, que ocorreu em Salvador – BA, no dia 27 de novembro de 2022,
594 através da “Moção de posicionamento quanto à não modificação da Resolução CNAS nº 06/2015,
595 diante da proposta de alteração apresentada no referido evento. Encaminhamento: Acolher a carta e
596 informar que está em discussão. Item 12. Convites: 12.1. Ofício nº 03/2024 do Conselho Estadual de
597 Assistência Social da Bahia – CEAS/BA, recebido no dia 22 de fevereiro, onde solicita a participação
598 da Secretária Executiva do CNAS para ministrar a oficina que terá como tema a "Secretaria
599 Executiva: Estrutura, funcionamento e competências", que acontecerá dia 11 de março de 2024 no
600 município de Cachoeira/Bahia, como parte da programação da 280ª Reunião Descentralizada do
601 CEAS/BA, realizada entre os dias 11 e 12 de março de 2024 no município de Cachoeira/BA. O
602 CEAS/BA informou que arcará com os custos de passagens e diárias da servidora da Secretaria
603 Executiva do CNAS. Encaminhamento: Aprovado. 12.2. Ofício nº 27/2024 do Fórum Municipal dos
604 Usuários do SUAS de Manaus – FMUSUAS, recebido no dia 22 de fevereiro, convida um
605 Conselheiro Nacional com afinidade com o tema conforme a Resolução CNAS nº 99 para o IV
606 Encontro Municipal dos Usuários do SUAS, nos dias 25 e 26 de abril em Manaus/AM.
607 Encaminhamento: Indicar um conselheiro representante dos usuários e consultar se o CMAS de
608 Manaus pode financiar as passagens e diárias do mesmo. 12.3. Ofício nº 73/2024 da Secretaria
609 Nacional de Renda e Cidadania – SENARC/MDS, recebido no dia 27 de fevereiro, onde convida este
610 Conselho para o Seminário Nacional Intersetorial do Programa Bolsa Família, que acontecerá nos
611 dias 25 e 26 de março de 2024, no Instituto Serzedello Côrrea – ISC/TCU, em Brasília/DF, para
612 compor a mesa de abertura do evento. Encaminhamento: Indicar o Vice-presidente Edgilson Tavares
613 para a mesa de abertura e consultar a SENARC se poderá custear a vinda da Conselheira Solange
614 Bueno. 12.4. Ofício Circular nº 10/2024 do Departamento de Proteção Social Especial –

615 DPSE/SNAS, recebido no dia 1º de março, onde convida para III Oficina sobre a Força Nacional do
616 Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que ocorrerá de forma híbrida no dia 20 de março de
617 2024, às 14h, com forma presencial na sala de reuniões do Gabinete da SNAS, localizada no 2º andar
618 do Bloco A, Esplanada dos Ministérios; e de forma on-line via Teams. Encaminhamento: Submeter
619 ao pleno se algum conselheiro da Comissão de Política pode participar de forma online. 12.5. Carta
620 nº 006/2024 do Fórum Nacional dos Usuários do SUAS – FNUSUAS, recebido no dia 04 de março,
621 pelo qual informa que o Encontro Nacional do FNUSUAS será realizado nos dias 11 a 13 de julho de
622 2024 em Brasília/DF. O FNUSUAS reafirma a importância de parceria com o CNAS e a participação
623 no Encontro Nacional. Encaminhamento: Dar ciência. 12.6. E-mail do Gabinete do Deputado
624 Eduardo Suplicy, recebido no dia 04 de março, onde convida para a 1ª Reunião do Grupo de Trabalho
625 da Frente Parlamentar pela Implementação de Renda Básica em Conjunto com o Conselhão, no dia
626 21 de março, a partir das 15h, no Auditório D. Pedro I, na Assembleia Legislativa do Estado de São
627 Paulo. Encaminhamento: Consultar a disponibilidade de um conselheiro que more em São Paulo para
628 representar o CNAS. 12.7. Ofício nº 9/2024 do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH,
629 recebido no dia 05 de março, convite o Conselheiro Rafael Machado para participar da Missão do
630 CNDH para apuração de denúncias de Violações de Direitos Humanos, em Santa Catarina entre os
631 dias 08 e 12 de abril. Encaminhamentos: a) Responder que está aprovada a indicação do Conselheiro
632 Rafael, com a possibilidade que o CNDH custeie as diárias e passagens do mesmo; b) Comunicar o
633 CNDH sobre a agenda que o CNAS aprovou no último pleno (fevereiro) e solicitar que seja uma
634 agenda comum, no dia 12 de abril, com a participação dos (as) Conselheiros Regis, Norma e Solange
635 Bueno. 12.8. Ofício nº 0201/2024 do Movimento Nacional da População de Rua - MNPR, recebido
636 no dia 05 de março, pelo qual solicita a participação do Conselheiro Rafael Machado no Encontro
637 Nacional do MNPR, nos dias 20 a 24 de março em Goiânia/GO. Encaminhamento: Como foi
638 solicitado à SNAS, verificar a possibilidade de custear a ida do Conselheiro Rafael ao evento. 13.
639 Informes e encaminhamentos das reuniões das Comissões para deliberação da Presidência Ampliada.
640 13.1. Grupo de Trabalho para realizar estudos, apresentar análises e propostas com relação a
641 parâmetros e critérios para ofertas de Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos pelas entidades
642 privadas/organizações da sociedade civil da Assistência Social. Encaminhamentos para a PA: a)
643 Reunião virtual do GT dia 20/03 das 14h às 17h: Análise do relatório final e proposta de
644 encaminhamentos. Encaminhamento: Aprovado. b) Propor ida para a RDA os conselheiros que
645 compõem o Grupo de Trabalho dia 15/04 pela manhã, para se reunir no período da tarde (14h às 18h),

646 visando a conclusão do Relatório Final do Grupo de Trabalho e proposta de encaminhamentos.
647 Encaminhamento: Aprovado. 13.2. Comissão de Normas. Encaminhamentos para a PA: Solicita a
648 PA reunião extraordinária online, dia 08 de abril de 2024, horário 9h às 16h, para continuação da
649 Revisão do Regimento Interno do CNAS, Discussão sobre a atualização da Resolução CNAS nº
650 14/2014 e Discussão sobre a Resolução CNAS nº 34/2011. Encaminhamento: Aprovado. 13.3.
651 Comissão de Financiamento e Orçamento. 13.3.1. Convidar para reunião virtual no mês de março
652 com a participação da Frente Parlamentar do SUAS, Relator do Orçamento 2024, Relator da PEC
653 (André Figueiredo), FONSEAS, CONGEMAS e SNAS. – PA (Proposta de pauta: suplementação
654 orçamento 2024, PEC 383/2017 e audiência pública no mês de maio). Encaminhamento: Aprovado.
655 13.3.2. Realizar reunião virtual da Presidente e vice do CNAS, FONSEAS e CONGEMAS com o
656 Ministro da Fazenda e Ministra do Planejamento e Orçamento sobre o orçamento da assistência
657 social, março/2024. – PA. Encaminhamento: Aprovado. 13.3.3. Realizar incidência política
658 continuada junto aos parlamentares da Frente Parlamentar em Defesa do SUAS para explanação do
659 orçamento da assistência social e suas necessidades. (definir data). – PA. Encaminhamento: Que a
660 partir da reunião de maio, a PA tire um período dentro da agenda do CNAS para fazer a incidência
661 política no Congresso Nacional. 13.3.4. Realizar audiência pública na reunião ordinária do mês de
662 maio “PEC 383/2017”. – PA. Encaminhamento: Solicitar aos Dep. Alice Portugal e Reimont incluir
663 o CNAS no pedido de audiência pública do dia 15 de maio, já solicitado pela FENAS e outras
664 organizações. 13.3.5. Fazer mobilização para votação da Enquete da PEC 383/2017 no site da câmara.
665 Elaboração de card para divulgação. Encaminhamento: O CNAS irá providenciar Card para
666 divulgação e uma campanha para votação da referida enquete. A campanha deverá ter ampla
667 divulgação e mobilização. 13.4. Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. 13.4.1. Reuniões
668 Regionais: Foram definidas as seguintes datas pelo CNAS: 21 e 22, 28 e 29 de maio.
669 Encaminhamento: Aprovado. 13.4.2. Debater e propor estratégias de acompanhamento e
670 aproximação com os CEAS E CAS-DF. Encaminhamento: a) A partir das demandas sistematizadas
671 nas reuniões regionais, convidar os CEAS e CAS-DF (por região), para participar das reuniões da
672 comissão de acompanhamento aos conselhos no segundo semestre de 2024. Sugestão da primeira
673 reunião acontecer com os CEAS do centro oeste. b) Oferecer atendimento personalizado aos CEAS
674 e CAS-DF (por região), com escala dos conselheiros da CAC para este atendimento com divulgação
675 na reunião regional do segundo semestre de 2024. (Sugestão para próxima gestão). Encaminhamento:
676 Encaminhar para a próxima gestão. 13.5. Comissão Eleitoral. Informe do quantitativo de processos

677 protocolados. Encaminhamento: Apresentar no pleno. 13.6. Comissão de Política. 13.6.1. A
678 Comissão de Política, após debate, propõe a inclusão na pauta do Pleno do mês de maio o seguinte
679 momento de debate: Apresentação da pesquisa: Tendências e desafios das políticas de cuidado aos
680 usuários de drogas na América Latina. Convidados: Maria Paula dos santos e Roberto Rocha Pires -
681 IPEA Ementa: O papel e os Limites do SUAS na prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas
682 e na atenção aos dependentes químicos e suas famílias em situação de violação de direitos.
683 Encaminhamento: Convidar também a SNAS e o Departamento de Saúde Mental, Álcool e outras
684 Drogas – DESMAD/Ministério da Saúde. 13.6.2. Proposta de que o CNAS realize no segundo
685 semestre de 2024 uma oficina ou seminário sobre a temática, com maior participação de convidados
686 externos (CNS, CNJ, CONAD, CNDH, CIAMP-Rua, DPAD/MDS, Comissão Nacional dos Direitos
687 Humanos do CFP, MPF e Movimentos Sociais). Encaminhamento: Encaminhar para a próxima
688 gestão. 13.6.3. Avaliar a possibilidade de a Reunião Conjunta das Comissões de Política e de
689 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda acontecer no dia 6 de maio, no período de
690 14h às 16h. Encaminhamento: Aprovado. Item 14. Pauta da 326ª Reunião do CNAS – Abril/2024
691 (Anexo A). Encaminhamento: Aprovado. Iniciando os destaques, o Conselheiro Régis Aparecido
692 Spíndola sugeriu que o Seminário dos Trabalhadores seja realizado no dia 16 de abril, assim os demais
693 segmentos não ficariam com um dia ocioso, economizando diárias. Debateu-se quanto aos
694 Conselheiros que também são trabalhadores, e a Conselheira Solange Bueno sugeriu passar o
695 Seminário dos Trabalhadores e o Encontro Nacional das Secretarias Executivas para o último dia do
696 evento. Já a Conselheira Edna Alegro afirmou que o Seminário é à respeito do trabalho no SUAS,
697 então cabe a participação de todos os conselheiros. A seguir, o Conselheiro Régis Aparecido Spíndola
698 concordou que todos os conselheiros são também trabalhadores e por isso interessados no Seminário,
699 mas reforçou o orçamento limitado e o custo adicional de diárias caso todos decidam comparecer. A
700 Conselheira Simone Cristina Gomes insistiu no Seminário ser no primeiro dia, por se tratar de uma
701 programação externa. Então, a Conselheira Célia Maria Melo Lima, representante do Fórum Nacional
702 dos Secretários(as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS, alertou mais uma vez a respeito da
703 falta de recursos e o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo explicou que a programação pode
704 sofrer alterações devido ao corte de custos. Por fim, determinou-se que o Seminário se dará no dia 16
705 de abril, dia 17 e 18 de abril acontecerá a Reunião Descentralizada e 19 de abril o Pleno. Para a Mesa
706 1: SUAS e o Sistema de Justiça, o Conselheiro Régis Aparecido Spíndola sugeriu convidar o Dr.
707 Ednaldo César, juiz auxiliar da Presidência do CNJ, e um representante da defensoria pública,

708 indicado posteriormente. A Conselheira Eutália Barbosa pediu representatividade e o Conselheiro
709 Régis Aparecido Spíndola concordou que a representante da defensoria pública seja uma mulher,
710 posteriormente solicitando a inclusão de um representante do Departamento de Proteção Social
711 Básica no Painel 3. A seguir, a Conselheira Ana Lúcia Soares pediu a inclusão de um trabalhador e
712 da Professora Aldaíza Sposati no Painel 6 e o Conselheiro Rafael Machado sugeriu a inclusão da
713 População de Rua em algum dos painéis, ao que a Presidente Margareth Alves Dallaruvera informou
714 que também queria um Painel sobre Assédio Moral, mas que não foi possível englobar tudo. Sobre o
715 Painel 6, a Conselheira Maria Aparecida Godoi disse que os trabalhadores já serão representados no
716 Seminário, e que os Painéis são focados nos conselheiros, sobre o que o Conselheiro Carlos Nambu,
717 representante da Inspeção São João Bosco, concordou. Então, a Conselheira Edna Alegro sugeriu
718 mudar o tema do Painel 6, de “Representação e Representatividade nos Conselhos de Assistência
719 Social” para “Controle Social no SUAS” e a Conselheira Eutália Barbosa lembrou que o público
720 prioritário da reunião é o pleno do CNAS e os Conselhos Estaduais, portanto o debate deve ser voltado
721 à responsabilidade dos Órgãos de Controle Social, embasando sua sugestão de alterar também o tema
722 do Painel 5 e passando o foco para o Controle Social. A Conselheira Shirley Samico, representante
723 do MDS, concordou e pediu que o tema seja direcionado ao desafio frente aos Conselhos. Então, o
724 Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo sugeriu acrescentar um conselheiro de cada segmento
725 como convidado do Painel 6, sugerindo o título: “Paridade, proporcionalidade, representação e
726 representatividade no Controle Social do SUAS”, o que foi aceito. A Conselheira Edna Alegro insistiu
727 em conectar os temas dos demais painéis ao controle social, com o objetivo de não parecerem
728 discussões de gestão, sendo que a Conselheira Eutália Barbosa concordou, e o título do Painel 5 foi
729 definido como: “O papel do Controle Social do SUAS na Gestão dos Benefícios Eventuais”. Após, a
730 Secretária Maria das Mercês Avelino sugeriu a criação de um enunciado indicando que os debates
731 envolvem o Controle Social, ao que a Presidente Margareth Alves Dallaruvera concordou,
732 acrescentando que deve conter na emenda de cada painel o foco mencionado. A respeito do Seminário
733 dos Trabalhadores, definiu-se que a programação será apresentada posteriormente, sendo que a
734 elaboração é de responsabilidade da Secretaria Executiva e a aprovação será feita em uma Reunião
735 Extraordinária da Presidência Ampliada. Seguindo com os destaques do relato da Reunião da
736 Presidência Ampliada, a Conselheira Eutália Barbosa pediu que os Ofícios referidos nos Itens 3 e 4
737 sejam apreciados na Comissão e posteriormente discutidos no pleno, o que foi acatado. Pediu ainda
738 que o Item 6 seja encaminhado para a SENARC, o que também foi aceito. Sobre o Item 11, a

739 Conselheira Ana Lúcia Soares solicitou a correção do texto de acordo com o original e questionou a
740 possibilidade de participar online do Seminário Nacional Intersetorial do Programa Bolsa Família,
741 indicado no Item 12.3, ao que a Conselheira Eutália Barbosa disse que não é possível, mas que o
742 evento será transmitido pelo *YouTube*. A seguir, definiu-se o Conselheiro Ismael Ultino como
743 representante do CNAS para a III Oficina sobre a Força Nacional do SUAS e o Conselheiro Carlos
744 Nambu para a 1ª Reunião do Grupo de Trabalho da Frente Parlamentar pela Implementação de Renda
745 Básica. No Item 12.7 foram definidos para participar da Missão do CNDH para apuração de denúncias
746 de violação dos Direitos Humanos os Conselheiros Régis Aparecido Spíndola, Rafael Machado e
747 Norma Suely. Avançando para o Item 13.2, incluiu-se na pauta da Comissão de Normas do dia 8 de
748 abril a Resolução sobre Comunidades Terapêuticas e a convocação dos conselheiros(as) Simone
749 Gomes, Régis Aparecido Spíndola, Edgilson Tavares de Araújo, Ana Lúcia Soares, Magali Basile e
750 Edna Alegro, todos do GT. A seguir, no Item 13.5, definiu-se que a Subcomissão de Recursos será
751 convocada nos dias 04 e 05 de abril, devido ao volume da demanda. Então, a Conselheira Simone
752 Cristina Gomes lembrou a urgência da questão do fechamento dos hospitais de custódia, tema do Item
753 13.6, sugerindo o convite para o CFP e o CFESS para a apresentação da pesquisa, restringindo os
754 convidados à área da assistência social, sendo que o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo
755 insistiu na presença da área da saúde, para entender os pontos de vista de cada lado. Em resposta, a
756 Conselheira Simone Cristina Gomes afirmou que seria melhor o SUAS debater internamente o que
757 pode ser feito dentro do seu escopo no evento proposto e posteriormente marcar uma reunião com a
758 área da saúde e a Conselheira Solange Bueno concordou, lembrando que é uma discussão longa. O
759 Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo disse entender, mas ressaltou que o tempo é escasso e
760 que, por isso, seria melhor discutir conjuntamente, ao que a Conselheira Edna Alegro concordou. Ato
761 seguinte, o Conselheiro Carlos Nambu destacou as mudanças nas resoluções que estão em progresso,
762 indicando que precisam ser analisadas pela sociedade civil, e disse que a atualização de todas as
763 deliberações das Conferências deve ser entregue até junho, pedindo colaboração das Comissões, uma
764 vez que o material será sintetizado na Comissão de Controle Social. Sobre isso, a Conselheira Solange
765 Bueno disse que a Comissão de Política não teve tempo hábil para concluir a demanda. Voltando ao
766 relato da Reunião, a Conselheira Norma Suely Carvalho indicou sua preferência por uma reunião
767 exclusiva da assistência social antes de tratar o tema da Política de Cuidados com a área da saúde.
768 Diante da pauta extensa, a Conselheira Simone Cristina Gomes pediu uma Reunião Extraordinária da
769 Comissão de Políticas no mês de maio, em formato online, o que foi aprovado, com data a definir.

770 Após, o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo pediu que, sempre que possível, aja a
771 comunicação online, a fim de diminuir as discussões durante a plenária, que está sempre com pautas
772 extensas. Então, a Conselheira Eutália Barbosa julgou a ementa do Item 13.6 como limitadora e
773 sugeriu o texto: “O papel e os limites do SUAS na política sobre drogas”, o que foi acatado pela
774 Comissão de Política. No Item 13.7, ficou agendada, a princípio, a reunião da Comissão de Controle
775 Social das Deliberações das Conferências para o dia 15 de abril, à tarde. A Presidente Margareth
776 Alves Dallaruvera acrescentou a presença do Professor da FIOCRUZ Luís Carlos Fadel, especialista
777 nos efeitos do assédio moral na saúde mental, no lançamento da campanha contra o assédio moral.
778 Por fim, aprovou-se a Pauta da 326ª Reunião do CNAS com as alterações sugeridas: Dia 16/04/2024
779 – Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS: 9h às 12h - Encontro Nacional das/dos
780 Secretárias/os Executivas/os dos Conselhos de Assistência Social e Seminário dos Trabalhadoras/es
781 do SUAS. Convidados: Professor Edval Bernardino, Professora Eleonora Schettini e Professora
782 Aldaíza Sposati; 12h às 14h – Almoço; 14h às 18h - Encontro Nacional das/dos Secretárias/os
783 Executivas/os dos Conselhos de Assistência Social e Seminário dos Trabalhadoras/es do SUAS.
784 Convidados: Professor Edval Bernardino, Professora Eleonora Schettini e Professora Aldaíza Sposati.
785 Dia 17/04/2024 – Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS: 8h – Credenciamento; 9h às 10h30
786 - Solenidade de abertura. Convidados: Ministro de Estado do MDS, Wellington Dias; Secretário
787 Nacional de Assistência Social, André Quintão; Representante da Frente Parlamentar em Defesa do
788 SUAS; Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Colegiado
789 Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Representantes dos
790 Trabalhadores; Representante dos Usuários; Representante das Entidades; Conselho Estadual de
791 Assistência Social do Rio de Janeiro - CEAS/RJ; e Conselho Municipal de Assistência Social do Rio
792 de Janeiro/RJ – CMAS; 10h30 às 12h - Lançamento da Campanha Contra o Assédio Moral no SUAS.
793 Convidado: Professor da FIOCRUZ, Luís Carlos Fadel; 12h às 13h30 – Almoço; 13h30 às 15h - Mesa
794 1: SUAS e o Sistema de Justiça. Convidados: Diretora do Departamento de Planejamento e Gestão
795 do Ministério Público do Estado do Paraná – MPPR, Denise Colin; Juiz de Direito, Gerivaldo Neiva
796 – Associação Brasileira de Juristas pela Democracia – ABJD; Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ,
797 Dr. Edinaldo Cesar Santos Júnior; Representante da Defensoria Pública da União. Mediador:
798 Conselheiro Nacional Régis Spíndola. 15h às 16h -Debate; 16h às 17h30 - Mesa 2: O papel da Política
799 Nacional de Cuidados no SUAS: perspectivas e desafios. Convidados: Secretária Nacional de
800 Cuidados e Família do MDS, Laís Abramo; Vice-presidente do CNAS, Edgilson Tavares; Vice-

801 presidente do CONGEMAS, Magali Basile. Mediador: Conselheira Nacional Célia Melo; 17h30 às
802 18h30 - Debate. Dia 18/04/2024 – Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS: 9h às 12h -
803 Painéis: Painel 1 – Inscrição e fiscalização de entidades e organizações da assistência social, nos
804 conselhos municipais e do Distrito Federal. Coordenação: Conselheira Nacional Edna Alegro e
805 Conselheira Nacional Amanda Simone. Convidados: Coordenadora-geral do Departamento da Rede
806 Socioassistencial Privada do SUAS - DRSP, Alessandra Portela. Painel 2 – Mesa Nacional de
807 Negociação Permanente do SUAS e Desprecarização das condições de trabalho. Coordenação:
808 Presidente do CNAS, Margareth Dallaruvera e representante do CONGEMAS Keiles Macedo.
809 Convidados: Coordenador-Geral de Gestão do Trabalho e Educação Permanente
810 DGSUAS/SNAS/MDS, Marcílio Marquesini. Painel 3 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de
811 Vínculos e Trabalho Social com Famílias. Coordenação: Conselheira Nacional Simone Gomes e
812 Conselheira Eutália Barbosa. Convidados: Professora Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas
813 em Seguridade e Assistência Social da PUC/SP, Abigail Torres e DPSB/SNAS. Painel 4 – Atuação
814 do SUAS nos processos de emergências e calamidades, migrantes, refugiados e apátridas.
815 Coordenação: Representante do CONGEMAS, Heitor Santos, e Conselheiro Nacional Rafael
816 Machado. Convidados: Cíntia Miranda - Departamento de Proteção Social Especial -
817 DPSE/SNAS/MDS. Painel 5 – O papel do Controle Social no SUAS na Gestão dos Benefícios
818 Eventuais. Coordenação: Conselheiro Raimundo e Conselheira Solange Bueno. Convidados: Ana
819 Lúcia Gomes e mais uma indicação do Rio de Janeiro. Painel 6 – Paridade, proporcionalidade,
820 representação e representatividade no Controle Social do SUAS. Coordenação: 1 conselheiro da
821 sociedade e 1 conselheiro do Governo. Convidados: Um conselheiro de cada segmento:
822 trabalhadores, entidades, usuários e governamental – a definir; 12h às 14h – Almoço; 14h às 18h -
823 Relato dos debates dos Painéis e Encerramento. Dia 18/04/2024 – Reunião de Comissão: 14h às 18h
824 - Reunião da Presidência Ampliada. Dia 19/04/2024 – 326ª Reunião Ordinária do CNAS: 9h às 10h
825 - Reunião interna de alinhamento dos Representantes de Segmentos que compõem o CNAS; 10h às
826 10h30 - Aprovação da ata da 325ª Reunião Ordinária e da pauta da 326ª Reunião Ordinária do CNAS;
827 10h30 às 12h - Relato da reunião da Presidência Ampliada; 14h às 15h - Avaliação da Reunião
828 Descentralizada e Ampliada do CNAS. Convidados: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento
829 Social do Estado do Rio de Janeiro, Conselho Estadual de Assistência Social do Rio de Janeiro e
830 Conselho Municipal de Assistência Social de Rio de Janeiro/RJ; - 15h às 16h - Apresentação da
831 pesquisa realizada na 13ª Conferência Nacional de Assistência Social. Convidado (a): Universidade

832 Federal de Minas Gerais – UFMG, Professor Doutor Leonardo Avritzer; 16h às 17h - Apresentação
833 da metodologia das conferências. Convidado (a): Especialista em Políticas Públicas e Gestão
834 Governamental do Instituto de Pesquisa Aplicada - IPEA, Sr. Daniel Avelino; 17h às 18h - Informes
835 da Presidência/Secretaria Executiva, CIT, SNAS-MDS, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros.
836 Não havendo mais destaques, o relato da Reunião da Presidência Ampliada foi aprovado pela
837 unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes. Ato seguinte, a Conselheira Solange Bueno
838 questionou se a Comissão de Normas recebeu as Memórias do CEAS e do CMAS a respeito da
839 Resolução nº 6/2015 e como ficaram os encaminhamentos à respeito da Conselheira que ofendeu o
840 CNAS durante o debate da Resolução nº 06/2015. Em resposta, a Presidente Margareth Alves
841 Dallaruvera disse que trará a resposta sobre as Memórias e, sobre a Conselheira, defendeu a
842 elaboração de uma notificação ao CONSEAS/SP. Após o intervalo, a Presidente Margareth Alves
843 Dallaruvera registrou que o pleno deliberou para que a Presidência Ampliada dê o tratamento
844 necessário às demandas da Conselheira Solange Bueno. Na sequência, passou-se ao relato da Reunião
845 da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social, realizada em 06 de março
846 de 2024. Com a palavra, a Conselheira Norma Suely Carvalho, que atuou como coordenado da
847 Comissão devido à ausência da Conselheira Magali Basile, elencou os(as) conselheiros(as),
848 colaboradores(as), participante e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou os
849 pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: Item 1. Reunião Regional do CNAS
850 com os CEAS de Maio: Foi apresentado aos conselheiros da CAC, um resgate sobre as Reuniões
851 Regionais que ocorreram em 2023, datas e locais e temas discutidos. 1.2. Data da reunião de maio
852 aprovadas pelo CNAS: 21 e 22, 28 e 29 de maio. Encaminhamento: A comissão sugere encaminhar
853 ofício para os CEAS e CAS/DF informando as datas da reunião regional aprovada pelo CNAS e
854 solicitando a manifestação do Conselho Estadual ou Distrital que poderá sediar a Reunião Regional.
855 Também constar no convite a importância da participação dos conselheiros do segmento de usuários
856 nas reuniões regionais do CNAS. 1.3. Definir formato das regionais: metodologia, quantidade de
857 salas a serem usadas e programação em anexo. Encaminhamento: a) A comissão sugere a seguinte
858 metodologia: No período da manhã do primeiro dia, tema mais abrangente de interesse geral dos
859 CEAS da região com tempo para o debate e em seguida no período da tarde, realização de oficinas
860 separadas por segmento; b) Verificar com o CEAS anfitrião uma personalidade de referência da
861 região para também abordar sobre o tema principal; C) Minuta de programação em anexo. 1.4.
862 Quantidade de participantes: Com base nas regionais de 2023, a comissão sugere o seguinte

863 quantitativo de participantes para cada reunião regional: Regiões Sul, Sudeste e Norte – 150; Região
864 Nordeste- 200; Região Centro-Oeste – 100. 1.5. Definição de conselheiras/os que irão para regional
865 e convidadas/os. Encaminhamento: A comissão indicou os seguintes conselheiros para participarem
866 das Regionais: Região Sul e Sudeste – Conselheira Norma Carvalho e representante governamental;
867 Região nordeste – Conselheiros(as): Rafael Machado e Shirley Samico; Região Norte - Conselheira
868 Maria Godoi e representante governamental; Região Centro-Oeste –representante da sociedade civil
869 e representante governamental. Item 2. Continuação da revisão do Caderno “Perguntas e Respostas
870 sobre Funcionamento e Estrutura dos Conselhos de Assistência Social”. Encaminhamento: A
871 comissão finalizou a revisão do Caderno “Perguntas e Respostas sobre Funcionamento e Estrutura
872 dos Conselhos de Assistência Social” e o caderno será revisado pela Secretaria Executiva para ajustes
873 de ortografia e formato. Item 3. Revisão e atualização do Plano de Ação da CAC/2024.
874 Encaminhamento: A Comissão avaliou o plano de ação e definiu novos prazos para as ações das
875 metas estabelecidas. Item 4. Debater e propor estratégias de acompanhamento e aproximação com os
876 CEAS E CAS-DF. Encaminhamento: a) A comissão sugere que a partir das demandas sistematizadas
877 nas reuniões regionais os CEAS e CAS-DF sejam convidados (por região) para participarem das
878 reuniões da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos no segundo semestre de 2024. A comissão
879 sugeriu que os CEAS da região Centro Oeste sejam os primeiros a serem convidados; b) Também
880 sugere que à próxima gestão da CAC ofereça atendimento personalizado aos CEAS e CAS-DF por
881 região, com escala dos/as conselheiros/as da CAC para este atendimento, e com divulgação na reunião
882 regional do segundo semestre de 2024. Item 5. Outros Assuntos: 5.1 Ofício 09/2024 do CEAS/PR,
883 recebido em 29 de janeiro de 2024, que trata sobre a participação dos usuários do SUAS nos espaços
884 de controle Social: Justificativas trabalhistas. Encaminhamento: Resgatar os encaminhamentos do
885 Grupo de Trabalho do CNAS que tratou deste assunto no ano de 2023. Item 6. Proposta de pauta
886 de maio/2024, com os respectivos convidados e principal ponto de pauta. Encaminhamento: a)
887 Avaliação da Reunião Trimestral; b) Avaliação da Reunião Regional (ponto principal); c)
888 Apresentação da revisão do Caderno de Orientações “Processo eleitoral da sociedade civil nos CAS”.
889 Anexo: Reunião Regional do CNAS. Dias: 21 e 22 de maio/2024. 21/05/2024 – Reunião Regional do
890 CNAS: 8h – Credenciamento; 9h às 9h30 - Momento de acolhida; 9h30 às 11h - Tema 1: Aplicação
891 da Resolução 100-2023. Convidado: conselheiros da CAC e MDS; 11h às 12h – Debate; 12h às 13h30
892 - Intervalo para almoço; 13h30 às 15h30 - Oficinas por segmento. Tema 1 – Desafios e
893 potencialidades da região (cartografia social). Reunião com as secretarias executivas dos CAS; 15h30

894 às 15h45 – Intervalo; 15h45 às 17h30 - Oficinas por segmento. Tema 2 – Propostas de temas e
895 formatos para a regional de novembro 2024. 22/05/2024 – Reunião Regional do CNAS; 9h às 12h –
896 Socialização dos resultados das oficinas; 12h às 13h30 – Almoço; 13h30 às 15h30 - Apoio técnico
897 do MDS; 15h30 às 15h45 – Intervalo; 15h30 às 17h30 - Apoio técnico do MDS; 17h30 –
898 Encerramento. Seguindo para os destaques, incluiu-se a participação da Presidente Margareth Alves
899 Dallaruvera ou do Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo nas regionais, a definir de acordo com
900 as agendas, referente ao item 1.5. Após, a Conselheira Norma Suely Carvalho esclareceu que as
901 regiões serão consultadas a respeito dos temas incluídos nos horários de apoio técnico do MDS.
902 Então, a Conselheira Solange Bueno pediu mais informações a respeito do Caderno de Perguntas e
903 Respostas sobre o Funcionamento e a Estrutura dos Conselhos de Assistência Social e a Conselheira
904 Norma Suely Carvalho respondeu que o material está em revisão e afirmou que desejaria que todos
905 lessem antes da apresentação no pleno. Não havendo mais destaques, o relato da Reunião da
906 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos foi aprovado pela unanimidade dos(as)
907 conselheiros(as) presentes. Ato seguinte, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera apresentou a
908 convidada Naira Rodrigues Gaspar, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Avaliação
909 Biopsicossocial Unificada da Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Com a
910 palavra, a Sra. Naira Rodrigues cumprimentou à todos(as) e apresentou o Sr. Jhonatas Duarte,
911 assessor da Diretoria; Sr. Isaac Oliveira, advogado; e Dr. Miguel Marcelino, especialista em avaliação
912 da deficiência. Iniciou contextualizando o Sistema de Avaliação da Deficiência – SISNADEF com a
913 base legal e com conceitos de impedimento e experiência da deficiência a partir da interação com as
914 barreiras do ambiente. Explicou que, para identificar a pessoa com deficiência, é preciso realizar uma
915 Avaliação Biopsicossocial feita por equipe multidisciplinar e interdisciplinar e considerar quatro
916 aspectos: impedimento em estrutura e função do corpo; aspectos sociais, ambientais e psicológicos;
917 limitação de atividade; e restrição de participação. Relatou o histórico do GT de Avaliação
918 Biopsicossocial Unificada da Deficiência, que deve produzir um ato normativo que informe que o
919 Brasil adotou o Instrumento de Funcionalidade Brasileiro Modificado – IFBRM validado e o
920 SISNADEF. Acrescentou que quem vai operacionalizar a Avaliação no país é o tripé da seguridade
921 social: saúde, previdência e assistência social. Demonstrou ciência com a situação precarizada do
922 SUAS, que não tem condições de ter profissionais avaliadores no momento, mas que sua participação
923 é indispensável pelo conhecimento profundo da população. A seguir, o Sr. Jhonatas Duarte começou
924 sua fala destacando o objetivo do SISNADEF, que é: “Transformar a avaliação e gestão de políticas

925 públicas para pessoas com deficiência no Brasil”. Destacou que a meta é realizar 1 milhão de
926 avaliações do BPC até dezembro de 2025 com o novo modelo e explicou a formação do GT de
927 Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência. Elencou os objetivos e princípios do
928 SISNADEF, além dos principais desafios, que incluem: escassez de recursos, formação profissional,
929 rede de atendimento, diversidade regional e acessibilidade. Sobre os cinco pilares do SISNADEF,
930 começou descrevendo o Pilar 1: Governança, que trata da estrutura administrativa e assegura o
931 funcionamento integrado e coordenado, inclusive estabelecendo o Comitê Gestor Nacional e o
932 certificado. Disse que o Pilar 2: Equipes Avaliadoras foca na formação inicial e continuada das
933 equipes, em assegurar que sejam compostas por profissionais qualificados, na padronização dos
934 processos e na administração da dinâmica operacional das equipes avaliadoras. Seguindo ao Pilar 3:
935 Rede de Atendimento, falou que estabelece diretrizes para a avaliação nos termos da interação do
936 cidadão com a rede do SISNADEF e deve ser universal, acessível, eficiente, ter equidade no acesso
937 e capilaridade no atendimento. Após, discorreu sobre o Pilar 4: Fluxos Operacionais, que devem ser
938 simplificados, seguir protocolos, ter bancos de dados, contar com feedback e aprimoramentos. Por
939 fim, sobre o Pilar 5: Certificação da Deficiência, explicou que o resultado da Avaliação
940 Biopsicossocial será formalizado em um documento oficial, garantindo acesso à políticas públicas
941 para pessoas com deficiência com precisão, segurança e acessibilidade. Seguindo para os próximos
942 passos, disse que o sistema da avaliação está em desenvolvimento, a princípio em parceria com o
943 INSS, assim como o piloto da formação e a minuta dos normativos. Ato seguinte, a Sra. Naira
944 Rodrigues acrescentou que a Avaliação terá convergência com quase 40 políticas e programas federais
945 para pessoas com deficiências já existentes. Na rodada de perguntas, o Conselheiro Régis Aparecido
946 Spíndola reconheceu a importância da pauta e refletiu sobre o impacto nos serviços socioassistenciais,
947 não somente ao BPC, ressaltando que haverá um aumento na demanda de atendimento das pessoas
948 com deficiência, algo para o qual os Serviços de Assistência Social, principalmente os mais
949 específicos, não estão preparados, e que portanto é um assunto que o CNAS precisa discutir. A seguir,
950 a Conselheira Solange Bueno parabenizou a apresentação, agradeceu o trabalho, indicando sua
951 necessidade, e elogiou a unificação através do certificando. Disse que a maioria dos serviços de apoio
952 às pessoas com deficiência não são governamentais. Ato contínuo, o Conselheiro Ismael Ultino
953 relatou sua experiência enquanto pessoa com deficiência e agradeceu o trabalho. Já a Conselheira
954 Ivone Maggioni Fiore reforçou a importância do GT e da Avaliação e insistiu que é preciso discutir
955 os impactos para o SUAS, assim como a capacitação dos profissionais e a incidência política,

956 buscando a ampliação dos serviços. Disse que o SISNADEF é um marco para as pessoas com
957 deficiência e agradeceu à todos os envolvidos. Com a palavra, o Conselheiro Agostinho Soares Belo
958 relatou seu primeiro contato aprofundado com o conceito de pessoa com deficiência e pediu que fosse
959 incluída no Regimento Interno do CNAS a obrigatoriedade de trabalhar capacitação para os
960 conselheiros. Então, o Conselheiro Raimundo Nonato Lopes saudou a equipe do GT e disse acreditar
961 que as maiores dificuldades da Avaliação Biopsicossocial serão com as parcerias, divulgação e
962 sensibilização das políticas. Subsequentemente, a Conselheira Edna Alegro registou que as
963 Associações Pestalozzi trabalham há 98 com pessoas com deficiência intelectual, dizendo-se
964 emocionada e ficando à disposição para ajudar no que for possível. Reforçou que a maioria dos
965 atendimentos para as pessoas com deficiência é feito por associações não governamentais e se disse
966 emocionada com o debate. A seguir, o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo também
967 parabenizou e citou a atualização da Resolução nº 34, que trata da questão da habilitação e
968 reabilitação da pessoa com deficiência no âmbito da assistência social, que também se desvincula do
969 conceito biomédico. Em posse da palavra, o Dr. Miguel Marcelino explicou que o documento que
970 está sendo desenvolvido é um compilado de tudo o que é discutido desde 2007 e que será possível
971 que os profissionais façam os registros de toda a diversidade de corpos, situações, ambientes,
972 territórios e barreiras ambientais de forma individualizada. A Sra. Naira Rodrigues agradeceu as
973 colaborações e disse que, se o sistema de acolhimento institucional para a criança e o adolescente
974 produzir autonomia e protagonismo à eles, não haverá aumento de demandas futuras, e sim
975 resignificação de serviços. Explicou que o processo é longo e precisa de tempo e de profissionais,
976 porém será iniciada a implementação escalonada. Colocou o GT à disposição, propôs oficinas para
977 discussão do tema no âmbito do SUAS e agradeceu a oportunidade. A Presidente Margareth Alves
978 Dallaruvera parabenizou o trabalho e agradeceu a presença. Na sequência, passou-se ao relato da
979 Reunião da Comissão de Financiamento, realizada em 06 de março de 2024. Com a palavra, a
980 Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima elencou os(as) conselheiros(as), colaboradores(as),
981 participante e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou os pontos de pauta
982 debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: Item 1. Status da Lei Orçamentária Anual - LOA
983 2024. Convidado: SNAS. Com a palavra, o Sr. Adailton Leite apresentou a Execução Orçamentária
984 Anual do Programa 5131 – Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social: Ação
985 8893 – Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território no âmbito do SUAS,
986 dotação de aproximadamente R\$ 5,4 milhões, ainda sem pagamentos; Ação 2589 – Avaliação e

987 Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Manutenção da Renda Mensal
988 Vitalícia (RMV), dotação de R\$ 8 milhões, dos quais R\$ 145 mil foram executados; Ação 2583 –
989 Processamento de Dados do BPC e da RMV, dotação de R\$ 44 milhões, sem pagamentos; Ação 21DT
990 – Operacionalização do Auxílio-Inclusão às Pessoas com Deficiência, dotação de R\$ 500 mil, sem
991 execuções; Ação 219G – Estruturação da Rede de Serviços do SUAS, dotação de R\$ 818 milhões,
992 sem execuções; Ação 219F – Ações de Proteção Social Especial, dotação de R\$ 751 milhões, com
993 pagamentos de R\$ 51 milhões; Ação 219E - Ações de Proteção Social Básica, dotação de R\$ 1,1
994 bilhão, e pagamento de R\$ 101 milhões no mês de janeiro; Ação 217M – Primeira Infância no SUAS,
995 dotação de R\$ 382 milhões, sem execução devido à defasagem de 60 dias; Ação 00TZ – Auxílio-
996 Inclusão às Pessoas com Deficiência, dotação de R\$ 42 milhões e pagamento de R\$ 522 mil; Ação
997 00IN – BPC à Pessoa com Deficiência e RMA por Invalidez, dotação de R\$ 54 bilhões, dos quais
998 foram pagos mais de R\$ 7 bilhões; Ação 00H5 – BPC à Pessoa Idosa e RMV por Idade, dotação de
999 R\$ 45 bilhões, dos quais foram pagos mais de R\$ 6 bilhões. No total, da dotação de R\$ 103 bilhões,
1000 foram pagos R\$ 14 bilhões. Sobre a ação direta 8893 – Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância
1001 Social no Território, no âmbito do SUAS, a dotação é de R\$ 3 milhões, dos quais R\$ 71 mil foram
1002 pagos. Explicou que a Lei Orçamentária foi aprovada no início de janeiro e que os pagamentos
1003 mencionados são de janeiro de 2024. Os encaminhamentos deste ponto foram para apreciação da
1004 Presidência Ampliada. Seguindo com o relato da reunião, passou-se ao Item 2. Discussão das
1005 Propostas de Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício financeiro de 2025.
1006 Convidados: SNAS e DEFNAS. O Diretor do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, José
1007 de Arimatéia, informou que as Propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO ainda não está
1008 fechada no âmbito do Ministério, e que ocorrerá uma articulação com a Subsecretaria de
1009 Planejamento, Orçamento e Governança – SPOG. Encaminhamento: Convidar para reunião virtual
1010 com a participação do CNAS, DEFNAS e SPOG, em data a definir. Item 3. Apresentação do status
1011 das propostas da comissão deliberadas pelo plenário. Foi apresentado a comissão algumas demandas
1012 pendentes colocando em observação os prazos e disponibilidade de agenda. Item 4. Apresentação e
1013 debate da Execução de 2023 nas despesas discricionárias o que faltou de recursos para a Assistência
1014 Social, considerando a Resolução CNAS nº 78, de 29 de julho de 2022, que previu a manutenção de
1015 recursos da rede socioassistencial instalada e foi atendida em 80%. Convidado: DEFNAS.
1016 Encaminhamento: Convidar o DEFNAS para apresentação de comparativo no mês de maio, entre a
1017 resolução do CNAS nº 78, de 29 de julho de 2022 e a execução orçamentária e financeira do ano de

1018 2023, apontando os impactos para manutenção do cofinanciamento federal referente as despesas
1019 discricionárias, considerando os valores pactuados. Item 5. Apresentação e debate do Relatório de
1020 projeção referente às diárias e passagens da ação 8249 para realização das reuniões ordinárias, eventos
1021 e demais necessidades do CNAS no exercício de 2024. Convidado: Secretaria Executiva do CNAS.
1022 Em atendimento ao encaminhamento da Comissão de Financiamento e Orçamento, que solicita
1023 elaboração de relatório de projeção referente às diárias e passagens da Ação 8249 para realização das
1024 reuniões ordinárias, eventos e demais necessidades do CNAS no exercício de 2024, informamos que:
1025 5.1. Para o Exercício de 2024 (de março a dezembro) o cálculo foi feito de acordo com o Regimento
1026 Interno do CNAS (Resolução CNAS nº 6/2011), com a Memória de Cálculo da Programação da Ação
1027 Orçamentária 8249 para 2024 aprovada pela Resolução CNAS nº 109/2024 -que aprovou a Proposta
1028 Orçamentária para 2024, e com o Calendário do CNAS/2024 aprovado em Plenária. Após a
1029 apresentação detalhada dos valores de custeio estimados mês a mês pela Secretaria Executiva chegou-
1030 se à verificação da insuficiência de recursos em cerca de 50% para cumprimento da agenda anual
1031 prevista, dado que a Estimativa do CNAS para diárias era de R\$ 1,6 milhão e a de passagens R\$ 2,7
1032 milhões, e a dotação atual foi de R\$ 732 mil e R\$ 1,2 milhão, respectivamente. Encaminhamento:
1033 Apresentação permanente em toda reunião da planilha de execução da ação 8249 e que seja
1034 encaminhado antecipadamente aos conselheiros da comissão. 6. Outros assuntos (Apreciação dos e-
1035 mails recebidos na comissão). 6.1. Ofício Conselho Municipal de Assistência Social de -
1036 Vassouras/RJ: Enviar Ofício ao CMAS informando que por se tratar de recursos discricionários o
1037 repasse sofre oscilações em relação a proposta orçamentária aprovada pelo CNAS. No entanto o
1038 CNAS tem envidado esforços no planejamento e execução das ações na perspectiva da recomposição
1039 do orçamento e aprovação da PEC 383/17. 6.2. Ofício Pérola/PR: Enviar Ofício informando que a
1040 expansão dos serviços socioassistenciais depende da disponibilidade orçamentária e que o CNAS
1041 encaminhará ofício à SNAS para apreciação. Item 7. Revisão do Plano de Ação da Comissão de
1042 Financiamento e Orçamento. A Comissão apreciou e atualizou o plano de ação da Comissão de
1043 Financiamento e Orçamento. Item 8. Definição da pauta do mês de MAIO/2024, definição de assunto
1044 principal e convidados, se houver. 8.1. Apresentação do status das propostas da comissão deliberadas
1045 pelo plenário. 8.2. Status da Lei Orçamentária Anual – LOA 2024. Convidados: SNAS. 8.3.
1046 Apreciação do Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência
1047 Social – DEFNAS, 1º trimestre –exercício 2024. Convidado: DEFNAS. 8.4. Apreciação dos
1048 Parâmetros da Proposta Orçamentária para 2025. Convidado: SNAS. (assunto principal). 8.5.

1049 Apresentação de comparativo entre a resolução do CNAS nº 78, de 29 de julho de 2022 e a execução
1050 orçamentária e financeira do ano de 2023, apontando os impactos para manutenção do
1051 cofinanciamento federal referente as despesas discricionárias, considerando os valores pactuados.
1052 Convidados: DEFNAS. 8.6. Monitoramento do Plano Plurianual - PPA 2020-2023. Convidado:
1053 SNAS. 8.7. Apresentação da planilha de execução da ação 8249 – Funcionamento dos Conselhos.
1054 Convidado: Secretaria Executiva CNAS. 8.8. Outros assuntos. 8.9. Definição da pauta do mês de
1055 JULHO/2024, definição de assunto principal e convidados, se houver. Sobre os destaques, o
1056 Conselheiro Carlos Nambu citou os itens 1 e 5, mencionando o déficit orçamentário, lembrando que
1057 é preciso aumentar a porcentagem da assistência social sobre o orçamento da União e questionando
1058 também soluções de curto prazo. Em resposta, a Conselheira Célia Maria de Souza lembrou os
1059 encaminhamentos já aprovados durante o relato da Presidência Ampliada. Então, a Conselheira
1060 Sandra Regina Barbosa refletiu a respeito do orçamento e da falta de apoio com a assistência social,
1061 sugerindo que seja feito um grande movimento, com estratégias impactantes, para defender a causa,
1062 e endossando que as PECs provavelmente não serão aprovadas. Questionou a posição da assistência
1063 social no governo e disse que é preciso haver articulações de todos os lados, destacando que
1064 assistência social é mais do que BPC e Bolsa Família. Ato seguinte, a Conselheira Solange Bueno
1065 reforçou que a PEC, com mais de 5 mil assinaturas, não foi trabalhada no Congresso e que já foram
1066 solicitadas diversas audiências com o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, sem sucesso. Destacou
1067 que o CNAS precisa de segurança financeira para lutar pelas suas causas, o que não acontece
1068 atualmente, assim como também não há segurança para os usuários. A Conselheira Edna Alegro
1069 acrescentou que é preciso haver um trabalho organizado do CNAS para uma atividade de incidência
1070 política constante junto aos poderes executivo e legislativo. Pediu que, a partir da próxima reunião,
1071 seja estabelecido um momento de articulação e reivindicação por recursos financeiros, o que a
1072 Conselheira Célia Maria de Souza afirmou que já foi aprovado. A Conselheira Amanda Silva pediu
1073 que aja uma reflexão a respeito da capacidade de mobilização da assistência social. Após, o
1074 Conselheiro Agostinho Soares Belo lembrou a fala do Ministro ao CNAS e disse que a falta de uma
1075 audiência com o Presidente é uma tentativa de neutralizar a causa. Desejou que a situação atual não
1076 esteja relacionada com a questão das comunidades terapêuticas e criticou as reuniões online. Após, a
1077 Conselheira Sandra Regina Barbosa afirmou que a falta de repasse para a assistência social não é
1078 decorrente da falta de verbas públicas. Em resposta, o Sr. Adailton Leite lembrou do esforço para
1079 realização da Conferência e disse que a questão do orçamento é complexa. Ato contínuo, a

1080 Conselheira Eutália Barbosa julga absolutamente necessário debater o financiamento do SUAS no
1081 CNAS, mas lembrou que a análise precisa ser feita na totalidade do orçamento público, sugerindo um
1082 debate estratégico sobre o fortalecimento da luta pela garantia do financiamento público da assistência
1083 social. Diante a posição do Conselheiro Agostinho Soares Belo, afirmou que jamais participaria de
1084 um governo que fizesse retaliações como as sugeridas por ele. A seguir, o Vice-Presidente Edgilson
1085 Tavares de Araújo disse que é preciso existir a confiança pública no Governo eleito e lembrou do
1086 sucateamento da assistência social do Governo anterior, se declarando ofendido com a fala do
1087 Conselheiro Agostinho Soares Belo, pedindo respeito e cuidado com as falas. Afirmou que a
1088 preocupação não deve ser tanto com a garantia das reuniões presenciais, e sim com os repasses para
1089 os CREA e CRAS. Pediu que o papel político do CNAS seja repensado em decorrência dos
1090 acontecimentos dos últimos dias. Ato contínuo, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera falou sobre
1091 a disputa pelo orçamento público e afirmou que a assistência social precisa ser destacada no
1092 Congresso Nacional. Propôs agendar um encontro com as lideranças dos partidos em maio, para
1093 colocar o SUAS na pauta do Congresso Nacional, pedindo que todos usem camisas do SUAS. Após,
1094 a Conselheira Sandra Regina Barbosa argumentou que não está apenas defendendo seus interesses, e
1095 sim os do SUAS, e o Conselheiro Agostinho Soares Belo afirmou que não comparou os governos do
1096 Presidente Luís Inácio Lula da Silva e do Ex-Presidente Jair Bolsonaro, mas acrescentou que a
1097 assistência social não pode ficar calada diante do orçamento. A seguir, o Conselheiro Rafael Machado
1098 insistiu que a luta não é por passagens e diárias, e ansiou por respostas com relação ao financeiro.
1099 Insistiu que a assistência social não é prioridade do Governo, destacando a ausência do Presidente do
1100 Congresso e a falta de uma audiência com ele, o que julga indispensável. Após, o Conselheiro Carlos
1101 Nambu ressaltou os momentos positivos das reuniões da semana e insistiu que sua fala foi no sentido
1102 de buscar maneiras de aumentar o orçamento, dando sugestões mesmo sem ser sua área de
1103 especialidade. Então, o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo disse que não se referiu
1104 especificamente à fala de ninguém e pediu que na próxima reunião seja feito um alinhamento do
1105 Conselho, e não dos segmentos. Em seguida, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera fez os
1106 encaminhamentos sobre as reuniões de maio, mantendo as reuniões das Comissões, e o pedido do
1107 alinhamento proposto pelo Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo. Após, devido ao horário do
1108 voo, se despediu e passou a Presidência ao Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo, que seguiu
1109 com o relato da Reunião da Comissão de Financiamento, que foi aprovado pela unanimidade dos(as)
1110 conselheiros(as) presentes. Ato seguinte, passou à Manifestação do CNAS pela Garantia do

1111 Orçamento e Financiamento do SUAS. Com a palavra, a Conselheira Célia Maria de Souza explicou
1112 que o texto foi previamente aprovado, porém sofreu algumas alterações, portanto o Vice-Presidente
1113 Edilson Tavares de Araújo fez a leitura da nova redação, que foi aprovada pela unanimidade dos(as)
1114 conselheiros(as) presentes. Ato seguinte, a Conselheira Eutália Barbosa fez a leitura da Minuta de
1115 Ofício Circular sobre o Papel Legal do CNAS. O Vice-Presidente Edilson Tavares de Araújo sugeriu
1116 o texto: “(...) de competência da Política Pública da Assistência Social materializadas no SUAS” no
1117 final do documento e pediu que o Ofício fosse destinado também à CONJUR. Já a Conselheira Célia
1118 Maria de Souza pediu a troca do trecho “assegura sua prestação” por “destinada à quem dela
1119 necessitar” ou como está na Constituição, o último sendo acatado. Não havendo destaques, a Minuta
1120 de Ofício Circular sobre o Papel Legal do CNAS foi aprovada pela unanimidade dos(as)
1121 conselheiros(as) presentes. Na sequência, passou-se ao relato da Reunião da Comissão de Políticas
1122 da Assistência Social, realizada em 06 de março de 2024. Com a palavra, o Conselheiro Régis
1123 Aparecido Spíndola elencou os(as) conselheiros(as), colaboradores(as), participante e membros da
1124 Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus
1125 encaminhamentos, sendo eles: Item 1. Protocolo de atendimento no SUAS em resposta a Resolução
1126 nº 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça, que Institui a Política Antimanicomial do Poder
1127 Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos
1128 Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei nº 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da
1129 execução das medidas de segurança. A SNAS/MDS tem dialogado com o Sistema de Justiça e a
1130 Saúde, com o objetivo de definir os limites e competências da política de assistência social no
1131 atendimento aos egressos dos hospitais de custódia e construir fluxos que sejam viáveis para os
1132 municípios. Dezesete estados estão em processo de fechamento das portas de entrada e encerramento
1133 das atividades dos hospitais de custódia, quatro estados não possuem hospital de custódia e o único
1134 estado que não possui parceria com o CNJ é São Paulo. O levantamento da SNAS apontou, entre
1135 outros, os seguintes resultados: falta de articulação entre a Justiça e a Política de Saúde com a Política
1136 de Assistência Social; Imposições judiciais para acolhimento socioassistencial em Residências
1137 Inclusivas ou de Adultos e Famílias; falta de diagnósticos sobre os casos em hospitais de custódia;
1138 inexistência de fluxos estabelecidos no processo de desinstitucionalização; e receio de a Política de
1139 Assistência Social ser vista como uma política substitutiva às internações em hospitais de custódia.
1140 Além disso, a SNAS apontou distorções no Manual da Resolução CNJ nº 487/2023 pela SNAS, que
1141 será revisado e alterado. O Protocolo do Comitê Nacional Interinstitucional de Implementação da

1142 Política Antimanicomial do Poder Judiciário - CONIMPA: Tem como objetivo apresentar as
1143 diretrizes gerais para a implementação da Resolução CNJ nº 487/2023, bem como apresentar as
1144 atribuições e serviços de cada política setorial que integra o Comitê. O que compete à Política de
1145 Assistência Social: Prestação de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito do SUAS;
1146 Inclusão das pessoas com transtorno mental em conflito com a lei no Cadastro Único para acesso aos
1147 Programas Sociais do Governo Federal; Acesso a benefícios socioassistenciais (BPC e Benefícios
1148 Eventuais) e programas de transferência de renda; Desenvolvimento do trabalho social com famílias
1149 para o resgate e fortalecimento dos vínculos familiares; Fortalecimento da função protetiva das
1150 famílias das pessoas com transtornos mentais; Encaminhamento à demais política setoriais, de acordo
1151 com as necessidades do usuário. Encaminhamentos: a) A Comissão de Política está de acordo com
1152 as competências sob a responsabilidade do SUAS apresentadas pela SNAS; b) Que o CNAS solicite
1153 à SNAS a participação de dois representantes da Comissão de Política (Conselheiras Simone Gomes
1154 e Ana Lúcia Soares) para integrar o GT da SNAS, para acompanhar os desdobramentos da aplicação
1155 da Resolução CNJ Nº 487/2023 no âmbito do SUAS; c) Que o Protocolo será posteriormente
1156 apresentado à Comissão para apreciação, com a proposta de que o CNAS aprove uma resolução com
1157 definição de parâmetros de atendimento às pessoas com transtorno mental em conflito com a lei no
1158 SUAS; d) Que o CNAS encaminhe Ofício Circular aos Conselhos de Assistência Social Estaduais e
1159 do Distrito Federal orientando-os a acompanhar os desdobramentos da Resolução CNJ Nº 487/2023;
1160 e) Que as apresentações do CNJ, SNAS e SAES sejam socializadas para conhecimento de todos os
1161 conselheiros do CNAS. Item 2. Status da execução do Capacita SUAS. Atualmente, o Programa
1162 Capacita SUAS possui o saldo de R\$ 28.695.975,49. A Coordenação vem trabalhando com os estados
1163 que ainda possuem recursos em conta, no sentido de orientá-los na execução dos saldos financeiros.
1164 Os desafios atuais da Gestão do Trabalho e Educação Permanente no SUAS são: Reinstalação da
1165 RENEPE; Avaliação de efeitos – pesquisa avaliativa sobre os efeitos do Programa Capacita SUAS em
1166 Estados, DF e Municípios; Novos contratos – capacitação de equipes estaduais para elaboração de
1167 Termos de Referência no contexto da nova lei de Licitação; Recursos – nova pactuação, com novos
1168 cursos, materiais didáticos etc. Encaminhamentos: a) A Comissão definirá posteriormente a
1169 periodicidade da apresentação do balanço do Programa Capacita SUAS em seu âmbito; b) Que a
1170 apresentação do Capacita SUAS seja socializada para conhecimento de todos os conselheiros do
1171 CNAS. Item 3. Informe sobre a realização do Censo Nacional da População em Situação de Rua
1172 (Censo POP Rua). Foi realizada uma fase de campo do estudo preliminar sobre População em

1173 Situação de Rua no município de Niterói/RJ. Os critérios que orientaram a escolha do município
1174 foram a população de até um milhão de habitantes; 500 ou mais pessoas em situação de rua
1175 cadastradas no Cadastro Único; possuir ao menos duas unidades de acolhimento para adultos e
1176 famílias; e possuir ao menos um Centro Pop. As Categorias do grupo pesquisado foram na rua, em
1177 edificações e em instituições. Foi feito um mapeamento prévio dos territórios de concentração para
1178 definição dos roteiros de coleta. Até março o IBGE terá os resultados quantitativos desse estudo
1179 inicial. A realização do Censo Nacional da População em Situação de Rua está na dependência de
1180 recursos orçamentários. Encaminhamentos: a) Próximo à realização do Censo Nacional da População
1181 em Situação de Rua, a Comissão de Política, com o apoio da SNAS, SAGICAD e IBGE, propará o
1182 encaminhamento de orientações aos conselhos de assistência social sobre a importância de
1183 colaborarem com a pesquisa em âmbito local e contribuir no processo de mobilização e
1184 participação da população em situação de rua em todas as etapas do censo; b) Que o CNAS receba
1185 informações sobre a atualização das etapas constantes no cronograma do IBGE que detalha as etapas
1186 do Censo Nacional da População em Situação de Rua; c) Que a apresentação do IBGE seja socializada
1187 para conhecimento de todos os conselheiros do CNAS na pasta da reunião da CP. Item 4.
1188 Desdobramentos previstos na Portaria MMFDH nº 1.235, de 28 de junho de 2022, que institui, no
1189 âmbito do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes -
1190 PLANEVCA, a metodologia de implantação e desenvolvimento dos Centros de Atendimento
1191 Integrado para Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, define critérios de
1192 adesão por parte de Estados, Distrito Federal e Municípios. A Comissão apontou questões importantes
1193 a serem consideradas pelo MDHC na revisão da portaria. Encaminhamento: A Secretaria Nacional
1194 dos Direitos da Criança e Adolescente, bem como a representação do MDS nessa tarefa, manterá a
1195 Comissão informada sobre o processo de revisão da Portaria MMFDH nº 1.235/2022, contemplando
1196 as considerações e propostas em relação à Política de Assistência Social. Item 5. Outros assuntos:
1197 5.1. Informe Parecer da SNAS sobre a Portaria GM-MD nº 1.283, de 28 de fevereiro de 2023, que
1198 aprova as diretrizes para o emprego e a atuação dos profissionais de assistência social das Forças
1199 Armadas em situação de emergência, estado de calamidade pública, desastre e ação humanitária, no
1200 âmbito do Ministério da Defesa. A Presidência Ampliada pautou a referida portaria em maio de 2023
1201 e tirou como encaminhamento a solicitação de parecer à SNAS. A SNAS encaminhou o Despacho nº
1202 230/2023, do Departamento de Proteção Social Especial. O despacho deixa claro que as ações das
1203 Forças Armadas são feitas sob demanda e de forma subsidiária às ações adotadas pelos órgãos

1204 governamentais de assistência social da localidade atingida. Salienta a importância do trabalho
1205 conjunto entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
1206 (MDS) e o Ministério da Defesa (MD), de modo que se possa articular a atuação desses profissionais
1207 junto aos profissionais do SUAS frente às situações de emergência, estabelecendo as
1208 responsabilidades e entendimentos de atuação de cada ente envolvido nas demandas pertinentes às
1209 respostas emergenciais. 5.2. Ofício nº 14/2024 – Coletivo de Nutricionistas do SUAS: O I Fórum
1210 Nacional de Nutricionistas na Assistência Social (IFNNAS) DELIBEROU alguns encaminhamentos,
1211 especialmente no que diz respeito à necessidade de atualização das legislações que definem as
1212 categorias profissionais de nível superior que atuam no SUAS, bem como a realização do II FNNAS.
1213 O Coletivo de Nutricionistas no SUAS vem requerer ao Conselho Nacional de Assistência Social:
1214 Revisão da Resolução CNAS nº 17/2011, inserindo o Nutricionista no rol de profissionais de nível
1215 superior que atuam no SUAS. Encaminhamento: A Comissão de Política tem a expectativa de pautar,
1216 em julho, a apresentação pela SNAS da proposta de construção de parâmetros nacionais para oferta
1217 de Alimentação Saudável pelo SUAS, com a presença de representantes do Departamento de Proteção
1218 Social Básica, e neste momento o DGSUAS será consultado para participar e avaliar a demanda do
1219 Coletivo de Nutricionistas do SUAS. 5.3. Informe sobre a resposta da SNAS/MDS ao Ofício
1220 CEAS/SE - SUAS e Sistema de Justiça – Fluxo Centros de Referência da Mulher (CRAM's) e Centros
1221 de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) , acerca da atual situação da Relação
1222 entre o SUAS e o Sistema de Justiça no Estado de Sergipe, com destaque para as reiteradas decisões
1223 do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJ/SE) no que se refere à designação de implantação de grupos
1224 reflexivos para homens autores da violência doméstica contra a mulher, bem como solicita apoio do
1225 Colegiado Nacional na busca da superação da referida situação. Encaminhamento: Enviar cópia do
1226 ofício da SNAS/MDS para conhecimento do CEAS/SE. 5.4. Verificação das deliberações da 12ª
1227 Conferência Nacional. A Comissão não teve tempo hábil para analisar e preencher a planilha com as
1228 deliberações da 12ª Conferência Nacional. Encaminhamento: Incluir na pauta de maio. Item 6.
1229 Definição da pauta, convidados (se houver) e do principal ponto de pauta e data da reunião da
1230 Comissão de maio. 9h – 11h - Apresentação pela SNAS da proposta de instituição da Força Nacional
1231 do Sistema Único de Assistência Social para atendimentos às situações de calamidades públicas e
1232 emergências; e a revisão dos parâmetros e procedimentos relativos ao cofinanciamento federal para
1233 oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências. (principal ponto
1234 de pauta - definição de convidados em maio; 11h – 12h30 - Apresentação pela SNAS da proposta de

1235 revisão das ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no âmbito do
1236 Sistema Único da Assistência Social – SUAS e de critérios de elegibilidade do cofinanciamento
1237 federal para Estados, Municípios e Distrito Federal com maior incidência de trabalho infantil.
1238 (principal ponto de pauta - definição de convidados em maio); 14h às 18h - Reunião Conjunta
1239 CP/CABSTR: Apresentação pela SNAS sobre a atualização de normativos e orientação técnicas
1240 relativas ao acompanhamento das famílias em situação de não cumprimento de condicionalidades do
1241 PBF (definição de convidados em maio); Outros assuntos: Verificação das deliberações da 12ª
1242 Conferência Nacional, entre outros. Ato seguinte, a Conselheira Solange Bueno agradeceu todos os
1243 membros da Comissão e destacou que os hospitais de custódia serão fechados em agosto, sem saber
1244 precisar o número de pessoas afetadas, quando haverá um aumento da demanda, lembrando das
1245 pessoas que vivem há mais de 30 anos nas instituições. Não havendo destaques, o relato da Reunião
1246 da Comissão de Financiamento foi aprovado pela unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes.
1247 Devido ao avançado do horário, os informes foram encaminhados por e-mail e a Conselheira Edna
1248 Alegro lembrou que, como em junho a nova composição assume, os Coordenadores das Comissões
1249 devem fazer uma síntese do trabalho realizado, o que precisa entrar na pauta de maio.
1250 **ENCERRAMENTO:** Finalizada a pauta, o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo encerrou a
1251 325ª Reunião Ordinária do CNAS com agradecimento a participação e colaboração de todos(as)
1252 os(as) conselheiros(as) e da equipe da Secretaria Executiva.

1253

1254

Margareth Alves Dallaruvera

1255

Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

1256

1257

Brasília/DF

1258

Março de 2024